

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia

Leitura de livros em Portugal e na Europa.
Tendências recentes numa perspetiva comparada

Miguel Ângelo Dias Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadores:

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Patrícia Durães Ávila, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2019

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia

Leitura de livros em Portugal e na Europa.
Tendências recentes numa perspetiva comparada

Miguel Ângelo Dias Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadores:

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Patrícia Durães Ávila, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2019

AGRADECIMENTOS

Voltar ao Ensino Superior quando já se tem perto de 40 anos não é algo que se possa considerar sem ter uma base alargada de apoio, que seja forte e presente, mesmo que, por vezes, de forma indireta.

No entanto, começo por agradecer a um objeto: o livro. Objetivamente, sem livros não seria possível realizar investigações, estudos ou dissertações sobre a leitura dos mesmos. Mas, o meu agradecimento é no sentido de realçar a importância que os livros têm tido na minha vida pessoal, nas suas componentes emocionais, psicológicas e morais, mas também na minha vida profissional, desde logo porque fui livreiro durante 10 anos. Eles, os livros, estão por aí, nas bibliotecas (usem-nas); novos ou em segunda mão, encontramos-os nas livrarias e alfarrabistas tradicionais, de rua (que vão encerrando, infelizmente), ou em hipermercados e bancas de jornais, e, nos dias que correm, cada vez mais, em livrarias e “novos” alfarrabistas *online*. Para não falar dos livros em formato digital que estão literalmente à distância de um clique.

Por terem sido os primeiros que me incutiram o gosto pela leitura, e pelos livros, mas principalmente por terem estado sempre a meu lado, tenho uma enorme gratidão para com os meus pais, António e Graciete. Terei errado muitas vezes para com eles, não terei sido sempre um filho com quem foi fácil de lidar, mas nunca deixar de sentir o seu apoio e amor. Obrigado por tudo.

Existem pessoas na nossa vida que, apesar de não terem connosco laços de parentesco, foram, e são, muito importantes no nosso crescimento e desenvolvimento como seres humanos. Por terem sido fundamentais na minha estruturação enquanto indivíduo (quer na socialização secundária, quer mesmo na socialização primária, para usar jargão sociológico) Pela mesma razão, agradeço aos meus “irmãos”, amigos há mais de 30 anos nesta viagem que é a vida, Pedro e Samuel. Um grande abraço com muito amor.

Há cinco anos ingressei na licenciatura de Sociologia no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, onde tive a honra, o privilégio e a sorte de ter Professores que, para além de serem verdadeiros mestres, são exímios na forma como transmitem o profundo conhecimento que detêm. De todos eles tenho de destacar o Professor José Soares Neves e a Professora Patrícia Durães Ávila, meus orientadores nesta dissertação. Sem a sua ajuda, apoio, e ensinamentos teria sido muito difícil concluir este trabalho.

Por fim, e aqui aplica-se totalmente o cliché “os últimos são os primeiros”, mais do que um agradecimento, dedico este trabalho à minha parceira de vida, Susana Bento. Quando quis voltar a estudar, começando pela licenciatura e prosseguindo para o mestrado, foi ela que me deu força. E tanto nas alturas boas, como nas alturas más apoiou-me sempre sem reservas, demonstrando inequivocamente o seu amor. Sem ela nada disto teria sido possível, ponto final. Agradeço-te profundamente.

Leitura de livros em Portugal e na Europa. Tendências recentes numa perspetiva comparada

Resumo

A presente investigação pretende produzir novos contributos para compreender a evolução recente das práticas de leitura, em particular da leitura de livros, em Portugal. Numa primeira análise, efetua-se uma comparação entre Portugal e outros países da União Europeia, evidenciando a posição relativa dos portugueses leitores de livros face aos congéneres europeus, e verificando se a tendência de leitura de livros no nosso país acompanha a desses países.

De seguida, e tendo como conceito nuclear o de leitura como prática cultural, ou seja, perspetivando a leitura de livros como uma atividade realizada em tempos de lazer, procura-se através de uma análise diacrónica caracterizar a população portuguesa leitora de livros, em termos do perfil sociodemográfico e socioprofissional.

São realizadas ainda duas análises centradas apenas no último ano de que dispomos dados para Portugal (2016), uma tendo em conta o número de livros lidos, outra, multivariada, relacionando a leitura de livros com outras dimensões.

A estratégia metodológica seguida é quantitativa incidindo em inquéritos transnacionais à população, cujo foco principal não é a leitura, mas que contêm perguntas sobre a leitura de livros.

Palavras-chave: Sociologia da leitura, práticas de leitura, leitura de livros, Eurobarómetro, Inquérito à Educação e Formação de Adultos

Reading books in Portugal and Europe. Recent trends from a comparative perspective

Abstract

This research aims to produce new contributions to understand the recent evolution of reading practices, particularly book reading, in Portugal.

In a first analysis, a comparison is made between Portugal and other European Union countries, showing the relative position of Portuguese book readers vis-à-vis their European counterparts, and checking whether the trend of book reading in our country follows that of those countries.

Next, and based on the core concept of reading as a cultural practice, i.e., considering the reading of books as an activity carried out in leisure time, we seek to characterise the Portuguese book-reading population through a diachronic analysis, in terms of the sociodemographic and socio-professional profile.

Two analyses are also carried out focusing only on the last year for which we have data for Portugal (2016), one taking into account the number of books read, the other multivariate, relating the reading of books with other dimensions.

The research strategy followed is quantitative and focuses on transnational population surveys, the main focus of which is not reading, but which contain questions on book reading.

Keywords: Sociology of reading, reading practices, book reading, Eurobarometer, Adult Education Survey

Índice

Índice de Figuras e Quadros	ix
Glossário de Siglas.....	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA	3
1.1. Leitura: uma prática fundamental	3
1.1.1. Massificação da Leitura.....	3
1.1.2. Leitura como prática cultural	5
1.1.3. Evoluções nas práticas da leitura: generalização e diversificação	6
1.2. Suportes de leitura.....	9
1.2.1. A centralidade do livro.....	9
1.2.2. O livro entre o impresso e o digital	11
1.2.3. Práticas de leitura no impresso e no digital.....	13
1.3. Os inquéritos sociológicos sobre leitura em Portugal.....	14
1.3.1. Dos anos 80 aos anos 2000: três inquéritos sociológicos sobre leitura....	14
1.3.2. Perfis sociais dominantes de leitores de livros.....	16
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	17
2.1. Objetivos e modelo de análise.....	17
2.2. Estratégia metodológica	18
2.2.1. Fontes de dados secundários	19
2.2.2. Crítica das fontes	22
2.2.3. Eurobarómetro e IEFA: plano de análise	23
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
3.1. Evolução da leitura de livros na Europa a 27: 2007 e 2013	25
3.2. Leitura de livros como atividade de lazer em Portugal: 2007, 2011 e 2016	27
3.3. A leitura de livros em 2016	32
CONCLUSÃO.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	45
ANEXOS.....	I
Anexo A – Cruzamento das variáveis Escalões etários, Leitura de livros como atividade de lazer e grau de escolaridade concluído (2007).....	III
Anexo B – Cruzamento das variáveis Escalões etários, Leitura de livros como atividade de lazer e grau de escolaridade concluído (2016).....	VII

Índice de Figuras e Quadros

Figuras

Figura 2.1: Modelo de Análise	18
Figura 3.1: Leitura de livros nos países da EU-27 (2007 e 2013)	25
Figura 3.2: Número de livros lidos (média) por escalão etário, segundo o grau de escolaridade (2016).....	34
Figura 3.3: Número de livros lidos (média) por escalão etário, segundo o grau de escolaridade e o sexo (2016).....	35
Figura 3.4: Espaço da leitura de livros e outras práticas – Análise de Correspondências Múltiplas (2016).....	38

Quadros

Quadro 2.1: Comparação de vários parâmetros no EB (278, 399) e IEFA (2007, 2011 e 2016).....	21
Quadro 3.1: Frequência de leitura de livros na União Europeia a 27 (2007 e 2013)	26
Quadro 3.2: Leitura de livros como atividade de lazer por Sexo, Idade, Grau de escolaridade concluído, Grau de urbanização e Região de residência (NUTS II)	28
Quadro 3.3: Leitura de livros como atividade de lazer por Condição perante o trabalho e Categoria Socioprofissional.....	31
Quadro 3.4: Tipologia de leitores de livros por Sexo, Idade, Grau de escolaridade, Grau de urbanização, Região de residência (NUTS II) – 2016.....	33
Quadro 3.5: Tipologia de leitores de livros por Condição perante o trabalho e Categoria Socioprofissional – 2016	36

Glossário de Siglas

ACM – Análise de Correspondências Múltiplas

AES/IEFA – Adult Education Survey/Inquérito à Educação e Formação de Adultos

ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ApInf – Aprendizagem Informal

EB – Eurobarómetro

INE – Instituto Nacional de Estatística

PNL – Plano Nacional de Leitura

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM – Região Autónoma da Madeira

TIC – Tecnologias de informação e comunicação

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A sociologia da leitura é um dos campos da investigação sociológica que, tendo-se estabelecido no primeiro terço do século XX, demonstrou consideráveis desenvolvimentos a partir da década de 50 desse século, com particular incidência em França.

Em Portugal, resultado talvez de um desenvolvimento mais tardio da sociologia enquanto ciência¹, as investigações extensivas situadas na sociologia da leitura circunscrevem-se ao arco temporal de 1988 a 2007², período em que se realizaram os três (e até agora únicos) inquéritos sociológicos sobre leitura.

No contexto da sociologia da leitura, a leitura de livros tem tido um enfoque particular, e dado o panorama de alterações/evoluções (a vários níveis) da sociedade contemporânea portuguesa, perguntámo-nos: como estão as práticas de leitura de livros em Portugal?

Esta interrogação suscitou uma outra: que fontes existem, se existem, para lhe responder? Da pesquisa exploratória empreendida emergiram algumas conclusões: a primeira, foi já enunciada acima – os estudos sociológicos extensivos sobre leitura, onde se aborda também a leitura de livros, param em 2007; segunda, existem dados disponíveis de fontes secundárias sobre a leitura de livros no país – provenientes de inquéritos transnacionais, mais concretamente o Eurobarómetro e o Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA); terceira, tratando-se de estudos transnacionais a comparação de Portugal com outros países é uma possibilidade.

Nesse sentido, e tendo em conta a insuficiente exploração destas fontes secundárias, no que respeita aos dados sobre leitura de livros, a nossa linha de trabalho sedimenta-se numa análise mais orientada desses dados secundários, com a vantagem acrescida da comparabilidade com outros países da União Europeia.

Embora tenhamos presente as limitações que estas fontes apresentam, uma vez que se trata de inquéritos em que a leitura no geral, e a leitura de livros em particular, não são o foco principal, é possível procedermos a um estudo que nos permita antever uma resposta à nossa interrogação inicial.

Este estudo tem, então, como objetivo principal responder ao seguinte: qual o lugar da leitura de livros em Portugal no contexto dos países da União Europeia? Quem lê livros em

¹ Para um enquadramento sobre a história e desenvolvimento da sociologia portuguesa ver Pinto (2004) e Machado (2009).

² Embora tenham sido realizados diversos estudos sobre leitura, leitores e livros (inclusive um de carácter sociológico nos anos 70 do século XX), antes, durante e após esse período (Neves, 2011: 115-124; Neves *et al.*, 2012; Neves, Santos e Vaz, 2012; Neves *et al.*, 2014).

Portugal? Qual o perfil dos leitores de livros no nosso país? Como evoluiu a leitura de livros, em Portugal, desde 2007?

Para tal, recorreremos a uma pesquisa extensiva quantitativa – a análise comparativa europeia incide nos inquéritos de 2007 e 2013 do Eurobarómetro, a análise evolutiva sobre o nosso país incide nos inquéritos de 2007 e 2016 e baseia-se no IEFA –, de modo a identificarmos as tendências recentes na leitura de livros.

Um aprofundamento analítico sobre a população portuguesa leitora de livros em 2016 é também efetuado, com o intuito de, não só caracterizar essa população na atualidade (o mais atual possível com os dados disponíveis) face ao número de livros lidos, mas também assinalar quais as relações existentes entre a leitura de livros e outras práticas culturais.

A estrutura expositiva da dissertação organiza-se em três capítulos. No capítulo inicial procede-se à revisão da literatura, onde a leitura é enquadrada como uma prática fundamental nas sociedades contemporâneas, com um enfoque em Portugal, dando-se atenção particular ao conceito de *leitura como prática cultural*. Neste capítulo abordamos ainda a questão dos suportes de leitura, onde se destaca o livro, e indicamos quais foram os principais inquéritos sociológicos sobre leitura, realizados em Portugal, e qual o perfil dos portugueses leitores de livros deles resultantes.

No segundo capítulo descrevemos o estudo empírico, assinalando quais os objetivos e qual o modelo de análise da investigação, qual a estratégia metodológica adotada e as fontes utilizadas, existindo ainda espaço para a reflexão crítica sobre as potencialidades e limitações destas fontes.

A apresentação e análise dos resultados é feita no terceiro capítulo, onde começamos pela exploração dos dados sobre leitura de livros a nível transnacional para, de seguida, nos focarmos na leitura de livros em Portugal.

Terminamos esta dissertação com uma síntese das principais conclusões e das ilações delas decorrentes para a investigação das práticas de leitura e sua articulação com as políticas públicas.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

Não será exagerado afirmar que a leitura é cada vez mais importante nas sociedades contemporâneas.

Neste capítulo procedemos, em primeiro lugar, ao enquadramento teórico da leitura como prática em Portugal; de seguida, debruçamo-nos sobre os suportes de leitura, em particular o livro; o subcapítulo final, é dedicado aos inquéritos sociológicos sobre leitura realizados em Portugal, e quais os perfis sociais dominantes dos leitores portugueses.

1.1. Leitura: uma prática fundamental

Este primeiro ponto é dedicado ao enquadramento teórico da leitura como prática e a sua centralidade nas sociedades contemporâneas. Começamos por refletir sobre a massificação desta prática e a sua estreita ligação à massificação da alfabetização e da escolarização. A terminar este ponto abordaremos a noção de leitura como prática cultural, a sua generalização e diversificação.

1.1.1. Massificação da Leitura

Podemos afirmar que a massificação da leitura é uma consequência direta do processo de massificação da alfabetização que ocorre a partir do século XIX, uma vez que até ao século XV, na Europa ocidental, apenas uma estreita minoria – sobretudo clérigos, nobres e alguns habitantes ricos das cidades – sabia ler e escrever (Ramos, 1988).

No entanto, fruto de diferentes fatores sociais, culturais e económicos constata-se que esse processo foi desigual quer nos diferentes países da Europa ocidental (Ávila, 2008: 64), quer em diferentes regiões dentro dos próprios países, Portugal incluído (Ramos, 1988: 1069-1074). A “convergência de dinâmicas de ordem religiosa e económica com especificidades quanto aos padrões culturais e estruturas familiares [nomeadamente] os efeitos da reforma protestante, numas regiões, e da contra-reforma católica, noutras, em articulação com o tipo de estruturas familiares dominantes” (Todd, 1990 *apud* Ávila, 2008: 68) são aspetos essenciais para compreendermos como o processo de alfabetização se desenrolou de maneiras distintas em diversas regiões da Europa.

Estes aspetos produziram efeitos que fazem com que perdurem até aos dias de hoje diferenças regionais importantes: no início do século XX as taxas de alfabetização de alguns países do norte da Europa (zonas protestantes) atingiam os 90%, enquanto nos países do sul (maioritariamente católicos) essas taxas situavam-se em alguns casos abaixo dos 25% (Ávila, 2008: 68).

Portugal é um país onde a generalização da alfabetização está particularmente correlacionada com a generalização da escolarização (Ávila, 2008), embora este processo não tenha sido isento de vicissitudes, resultando em diferentes taxas de alfabetização (contudo sempre baixas) nas diferentes regiões do país (Ramos, 1988), diferenças essas que não foram resolvidas durante o Estado Novo, por um lado, por motivos político-ideológicos – durante este período, a alfabetização das massas foi encarada por certos sectores como sendo “potencialmente um excelente instrumento de controlo”, mas por outros, como sendo um catalisador para a desestabilização da sociedade portuguesa –, por outro lado, após reduzir a escola obrigatória para três anos “a resposta do Estado Novo à velha questão do analfabetismo consistiu em reintroduzir doses maciças de religião nos currículos primários” (Mónica, 1977: 325-328)³. Embora a democracia tenha trazido melhorias assinaláveis na democratização do ensino, consequência de diferentes políticas públicas de educação e respetivas medidas emblemáticas, a verdade é que o ensino (principalmente o ensino secundário) foi quase sempre tratado pelo estado como “preparatório de elites e/ou para o ensino superior, e só muito residualmente como educação de massas ou para todos” (Antunes, 2019: 54).

Podemos afirmar que em Portugal:

O processo de difusão da escolaridade básica universal foi bastante mais lento do que o registado noutros países europeus, mantendo-se durante boa parte do século XX uma política estatal (ditatorial) muito restritiva quanto aos processos de escolarização e um grande afastamento entre a escola e a generalidade dos cidadãos. Com a implementação do regime democrático, esta área de intervenção pública assume-se definitivamente como prioritária, alargando-se os níveis de escolaridade obrigatória, investindo-se na melhoria das infraestruturas educativas, promovendo-se a formação de professores e implementando-se um conjunto de sucessivas reformas do sistema educativo tendo em vista a obtenção de uma melhor resposta aos novos desafios da (ainda recente e incompleta) massificação do ensino. (Cardoso *et al.*, 2015: 41-42).

Esta nossa aparente tergiversação pelo tema da escolarização justifica-se pois sabemos que a “principal variável explicativa” que “determina níveis mais elevados de leitura, em particular de livros, é a escolaridade” (Neves, 2015b: 120). Assim sendo, uma vez que Portugal regista desde há várias décadas, e ainda mantém, uma população com níveis de escolaridade dos mais baixos da Europa (Carmo, Cantante e Baptista, 2010; Costa *et al.*,

³ É de realçar, no entanto, a dificuldade em aferir qual seria a atitude dos pais perante a escola (um aspeto fundamental), durante esse período (Mónica, 1977: 346).

2015; Neves, 2015b: 39; OECD, 2019)⁴, é expectável que os níveis de leitura de livros da população portuguesa sejam também dos mais baixos.

1.1.2. Leitura como prática cultural

A leitura tem vindo a ser conceptualizada como uma prática social – desde a relação que se estabelece entre o leitor e autor (quer seja através de uma “conversa mental” com o autor, ou entabular uma conversa com este num evento literário), passando pela partilha (física e digital) de material escrito entre indivíduos, até à discussão de opiniões quer em clubes de livro, quer em plataformas digitais como a Goodreads, a leitura tem evoluído “from a largely individual activity into a quintessentially social one” (Baron, 2015: 113–130) –, em vez de mera descrição de uma atividade, e, como tal, passível de ser operacionalizada numa tipologia de elementos bastante variável – desde contextos sociais e económicos, a modos de organização espacial e temporal –, configurando assim a forma como é praticada, e tornando-a identificável para leitores e não-leitores (Southerton *et al.*, 2012).

Nesse sentido, como ponto inicial numa abordagem à leitura como prática, em particular a leitura de livros, refira-se que a mesma é encarada ao mesmo tempo como “objecto de veneração e de recuo” (Santos, 2012: 291) por se tratar de uma prática que implica esforço e que é exigente em termos de motivação, isto é, entendida como prática séria – o que poderá explicar, em parte, o distanciamento dos indivíduos face à prática de ler, principalmente se se trata de livros.

Contudo, em termos sociológicos, segundo diversos autores, discute-se a leitura como atividade a partir de uma perspetiva diferente. Por conseguinte, consideramos a leitura como prática cultural, ou seja, damos ênfase à leitura como atividade realizada em tempos de lazer, por prazer, distinta da leitura efetuada por obrigações profissionais ou escolares (Griswold, McDonnell e Wright, 2005; Griswold, Naffziger e Lenaghan, 2011; Neves, 2015a).

A análise sociológica da leitura tem sido sobretudo uma análise que toma como principal indicador a *leitura de livros*, privilegiando-se uma pesquisa quantitativa (número de livros lidos, comprados, ou o tempo dedicado à leitura), tendo como consequência um conhecimento menos aprofundado “do papel simbólico da leitura [e] das suas múltiplas definições” (Détrez, 2004: 86). O próprio entendimento que os indivíduos possam ter do verbo “ler” é muitas das vezes limitado pelas opções que se tomam aquando da inquirição dos mesmos sobre os seus hábitos de leitura (Détrez, 2004: 93), o que leva a que o livro saia favorecido como o suporte

⁴ Segundo o último relatório do Índice de Desenvolvimento Humano, a percentagem da população maior de 25 anos, com pelo menos algum ensino secundário era de 52,7%, o segundo valor mais baixo do conjunto dos países de desenvolvimento muito alto (PNUD, 2018: 54-57).

principal sobre o qual muitas das análises sobre práticas de leitura incidem, tendo em atenção a enorme diversidade de géneros e categorias editoriais (romance, policial, poesia, bricolage, eróticos, etc.).

A noção das limitações que este tipo de problemas implica tem de estar presente na investigação que efetuamos, sem que, no entanto, seja impeditiva de a mesma ser realizada mediante os dados disponíveis. Abordaremos mais aprofundadamente esta questão no capítulo II.

1.1.3. Evoluções nas práticas da leitura: generalização e diversificação

Podemos afirmar, com relativa segurança, que vivemos numa época em que o texto escrito circula de uma forma sem precedentes – seja porque quotidianamente lemos legendas na televisão, ou no cinema (ao contrário de outros países europeus, em Portugal os programas televisivos e filmes em língua diferente do português, são, por norma, legendados), seja porque temos a necessidade de ler contas e recibos, bulas de medicamentos, ou porque somos constantemente expostos a ações de publicidade em forma de folhetos, cartazes múpis ou *outdoors*, para referir apenas alguns dos muitos exemplos que podem ser mobilizados –, logo, o recurso à leitura é necessariamente maior por necessidade de decifrar e interpretar essa informação.

Por outro lado, é notório que devido às evoluções tecnológicas dos últimos 20 anos, nomeadamente ao nível das *tecnologias de informação e comunicação* (TIC), a “leitura surge como sendo cada vez mais necessária em diversos contextos, mas ao mesmo tempo, fragmenta-se e dispersa-se, passando a estar ancorada em múltiplos suportes” (Ávila, 2008: 72). A este propósito, e recorrendo ao conceito de *sociedade dos ecrãs* (Cardoso, 2013), importa realçar as significativas alterações ocorridas ao nível comunicacional, o que leva a uma cada vez maior “apropriação social do ecrã [seja de telemóvel, televisor, computador, *tablet*, etc.] como elemento definidor da mediação comunicativa” (Cardoso e Quintanilha, 2013: 16), numa época em que a comunicação se encontra assente também na leitura e na escrita.

A generalização da leitura é ainda mais significativa na chamada *sociedade em rede* onde, mesmo num país como Portugal – que se encontra no que Cardoso *et al.* apelidam de uma “*encruzilhada* [sublinhado nosso], associando traços e dinâmicas de modernidade, comuns a muitas das nações europeias (em relação às quais a comparação se torna inevitável), a vestígios de uma sociedade mais arcaica, que tendem a persistir e a obstruir algumas das transformações em curso” (2015: 19) –, quer o acesso à internet e ao computador, quer a taxa de utilizadores da internet, quer o número de utilizadores das chamadas redes sociais têm vindo a crescer, e em alguns casos significativamente (Cardoso *et al.*, 2015). Ora, num

contexto em que a utilização da internet pelos indivíduos varia entre poucas horas por semana a algumas horas diárias, em diferentes dispositivos (Cardoso *et al.*, 2015: 139-147, 159-167), a leitura desempenha um papel fundamental, diríamos mesmo imprescindível.

Esta situação torna-se ainda mais relevante na população jovem, uma vez que estes passam mais de 3 horas diárias na internet em diferentes atividades, como ouvir música e ver vídeos (onde a leitura, embora útil, pode não ser essencial), mas também comunicar com familiares e amigos, aceder a redes sociais (cujo uso diário teve um crescimento significativo), ou usar a internet para os trabalhos da escola ou para ler/procurar notícias (Ponte e Batista, 2019: 20-23). A este propósito note-se que quase nove em cada 10 jovens acede à internet através do *smartphone*, embora possa também usar o computador ou o *tablet* com esse propósito (Ponte e Batista, 2019: 19), o que revela a importância que o *smartphone* tem vindo a adquirir no quotidiano, sendo entendido até como um dispositivo cada vez mais imprescindível.

Por conseguinte, a perspetiva negativa sobre as práticas de leitura entre os jovens, que alega a existência de um decréscimo da mesma, decorre do facto de muitas das leituras que estes realizam, leituras “curtas, descontínuas, informativas, rápidas, técnicas, documentais”, inserirem-se em “atividades de outra ordem [sendo] meios de atingir outros fins (que não são o simples prazer de ler)”, o que faz com que sejam consideradas como “não leituras”, quer por quem pratica este tipo de leitura, quer pela maioria dos investigadores: é como se fossem “leituras invisíveis” (Lahire, 2004: 164-171).

Embora a investigação sociológica tenha de arranjar soluções metodológicas (Détrez, 2004) de modo a tornar visíveis estas leituras (Lahire, 2004: 171-173) para compreender o papel central que a leitura desempenha atualmente, este estudo incide principalmente sobre a leitura de livros em Portugal pela população adulta e a sua evolução recente.

No entanto, a perspetiva que adotamos deriva da abordagem que Wendy Griswold faz às problemáticas da leitura – uma abordagem que parte de duas constatações historicamente comprovadas: a leitura é uma prática generalizada nas sociedades contemporâneas ocidentais e o grupo de indivíduos que leem um maior número de livros, por prazer, no seu tempo livre, é, e sempre foi, um grupo restrito (Griswold, 2000, 2001, 2008; Griswold, McDonnell e Wright, 2005; Griswold, McDonnell e McDonnell, 2006; Griswold, Naffziger e Lenaghan, 2011) –, numa análise que é alicerçada nos conceitos de *cultura de leitura* (“reading culture”) e de *classe de leitores* (“reading class”).

Segundo Griswold, uma cultura de leitura existe:

In a society with a literacy rate that is relatively high and does not exclude any particular social group. Such a culture assumes literacy for full social participation; literacy is regarded as a right, illiteracy as a personal or systemic failure. Routine communications of economic,

political, and commercial life take place through writing. A popular press and other forms of mass print media, as well as perhaps more specialized publishing, and effective distribution systems make reading materials widely available. People's working lives and their leisure time as well, routinely involve reading (2000: 117).

Ou seja, uma sociedade onde os indivíduos valorizam a literacia e a leitura como prática de lazer, independentemente do contexto social e da necessidade que tenham de recorrer a esta por motivos profissionais e escolares.

Portanto, cultura de leitura “is a place (a city, a province, a country) where most people, over and above the demands of their job or schooling, routinely read printed materials for entertainment and information.” (Griswold, 2008: 164), e que, para além dos leitores atuais, depende dos leitores potenciais e dos futuros leitores, como os estudantes que frequentam o ensino neste momento (Griswold, 2000: 92). Para Griswold, Naffziger e Lenaghan a análise decorrente de vários indicadores, como níveis de literacia, níveis de qualificação académica, e quaisquer outros indicadores de distribuição desigual de práticas de leitura, tais como tradições religiosas ou culturais diferentes, sugere a existência de quatro tipos diferentes de cultura de leitura: avançadas, restritas, emergentes e potenciais – Portugal teria, para estes autores, uma cultura de leitura emergente (2011: 31).

Por sua vez, uma classe leitora caracteriza-se por “an elite segment of the general population, one that is highly educated, affluent, metropolitan, and young” (Griswold, 2008: 65), ou seja, possuem um conjunto estável de características demográficas (género, idade, etnia) e são detentores de fortes tipos diferentes de capital, nomeadamente o capital escolar, económico, social e cultural (Griswold, 2008: 37). Para além disso, certos hábitos caracterizam aqueles (poucos) que integram a classe de leitores:

Perdem-se na leitura de um livro, recorrem aos jornais para notícias e revistas para lazer, são apelidados de ‘leitores’ pelos familiares e amigos, leem constantemente por entretenimento, têm sempre em curso a leitura de um [ou mais] livro[s] [aproveitando várias oportunidades para os ler], têm algum material impresso em todas as divisões das suas casas (Griswold, 2008: 36-37).

Entenda-se que uma classe leitora não é a mesma coisa que uma cultura de leitura, a primeira é uma “formação social”, a última uma “sociedade onde a leitura é esperada, valorizada e comum”, e embora as culturas de leitura tenham sempre classes leitoras, estas florescem muitas vezes sem as culturas de leitura (Griswold, 2008: 37, 164).

1.2. Suportes de leitura

Começamos, neste subcapítulo, por refletir como o livro tem sido fundamental no acesso e promoção da leitura, e como o mesmo foi alvo de uma crescente objetificação e mercantilização ao longo do tempo. De seguida refletimos acerca do papel que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem tido na forma como olhamos para o livro, como objeto, e na influência que exercem sobre a forma como lemos. No último ponto, focamo-nos sobre as práticas de leitura no impresso e no digital: quais as tendências recentes, que diferenças (se as há) entre ler em digital ou impresso.

1.2.1. A centralidade do livro

Segundo Neves a sociologia da leitura tem sido em grande medida uma sociologia da *leitura de livros* (2011: 25), existindo razões para tal, que importa analisar para situarmos o contributo que pretendemos dar com este estudo.

O livro como suporte de leitura tem séculos de existência, o que lhe confere uma perenidade à qual a invenção da imprensa (como arte de imprimir) permitiu a “circulação dos escritos a uma escala inédita, porque fez diminuir o custo do fabrico do livro, repartido agora por mil ou mil e quinhentos exemplares de uma mesma tiragem [e] porque abrevia os prazos da sua produção, bastante mais longos na época do livro copiado à mão” (Chartier, 1998: 9).

No entanto, é de salientar que uma nova maneira de ler é anterior ao aparecimento do livro impresso, “com efeito, foi bastante antes da invenção de Gutenberg que surgiu no Ocidente uma maneira de ler, em silêncio e com os olhos, que entra em rutura com a leitura necessariamente oralizada, universal (ou quase) durante muito tempo”, e dessa forma, “com a leitura silenciosa instaura-se uma nova relação com o texto escrito, mais secreta, mais livre, totalmente interiorizada”, ou seja, “a revolução da leitura precede pois a do livro” (Chartier, 1998: 11-12).

Um outro aspeto a ter em conta diz respeito ao processo de mercantilização da produção cultural, isto é, um processo em que a cultura, “especialmente nas sociedades ocidentais, já não é tanto, algo a que as pessoas pertencem, como cada vez mais, algo que elas consomem” (Firat e Dholakia, 1998: 109), e que tem como consequência um incremento da produção de série, uma crescente comercialização da cultura, levando a que preocupações de carácter financeiro se façam sentir cada vez mais na produção, circulação e consumo cultural. Existem indícios de alterações no processo de produção cultural que remontam ao século XVII, embora se estivesse “ainda longe da generalização de mercadoria”, contudo, “aqui e ali, a produção de série começava a organizar-se segundo uma nova racionalidade”, sendo,

“provavelmente, na produção e difusão do impresso que as novas exigências⁵ mais cedo e mais claramente se fizeram sentir” (Santos, 2012b: 61).

Não podemos alhear desta discussão a relação entre grande e pequena tradição, como a entende Santos (2012: 53-59), às quais correspondem as noções de grande cultura (ou cultura cultivada) e cultura popular, e embora a assimetria entre as duas tradições se tenha vindo a reduzir, não desapareceu por completo, pois enquanto a “cultura popular estava aberta a todos e era transmitida informalmente, [...] nos lugares públicos (tabernas, mercados, praças, igrejas), a cultura cultivada, por sua vez, era transmitida formalmente, [...] em lugares específicos (escolas, universidades, bibliotecas)”, o que favoreceu a sua exclusividade (Santos, 2012b: 54). Ou seja, a cultura popular, de mais fácil acesso (a transmissão da mesma assentava na oralidade), contrastava com a cultura cultivada, estando esta restringida a certos segmentos da população (nomeadamente nobreza e clero), uma vez que para se poder aceder a esta cultura era necessário que estar munido de certas competências, como saber ler (e escrever).

Podemos então afirmar que o livro começou por ser um objeto pouco acessível à maioria da população, situação que começa a modificar-se com o advento do romantismo e principalmente com a Revolução Francesa, onde se assiste à “tentativa de um equilíbrio compensatório entre a democratização da cultura cultivada e a mobilização da cultura popular” (Santos, 2012b: 59). Assiste-se então, e concomitantemente com a revolução industrial, a uma crescente objetificação e mercantilização dos produtos culturais em geral, e do livro em particular, ou seja, os processos de industrialização acabam por se estender também aos produtos (ou mercadorias) culturais.

Se bem que devemos sublinhar a distinção entre mercadorias industriais e mercadorias culturais, uma vez que o “valor de uso” destas se apresentam com “carácter de maior incerteza e aleatoriedade relativamente ao das outras mercadorias”, é notório na atualidade o recurso a estratégias que visam gerir a “imprevisibilidade particularmente elevada da procura” de mercadorias culturais (Santos, 2012a: 339-340), ao mesmo tempo, assistimos à colocação das mercadorias culturais em mercados mais abrangentes do que o mercado cultural, onde têm de competir com outros bens e serviços.

No caso do livro em particular, e em Portugal mais especificamente, assistiu-se nas últimas décadas, quer ao alargamento e diversificação dos géneros ou categorias de livros produzidos, quer “a uma enorme pulverização dos locais de venda de livros, incluindo

⁵ “A necessidade de ter capital prévio para investir, a necessidade de produzir em grande quantidade para obter lucros e de, ao mesmo tempo, evitar a saturação do mercado e vencer a concorrência requeriam, entre outras coisas, eficácia na organização do ciclo de fabricação e capacidade de inovar, diversificar e seleccionar” (Santos, 2012b: 61)

quiosques, postos de abastecimento de combustíveis, lojas indiferenciadas, sem esquecer, claro, as tradicionais livrarias-papelarias.” (Neves *et al.*, 2012: 97-98), para além de uma presença importante (em termos de volume de vendas) nos supermercados e hipermercados (Neves *et al.*, 2014: 56-68). Neste alargamento de acesso ao livro não é despreciando o papel importante que a expansão das bibliotecas (públicas e escolares) desempenham, sendo essa expansão aliás, uma das linhas principais das políticas públicas (Silva, 2004: 241–243).

O livro, como objeto ao longo da história, tem assim um estatuto algo paradoxal: durante séculos foi um objeto a que uma minoria tinha acesso, tornando-se em algo muito presente no quotidiano (em particular nas sociedades ocidentais) resultado da massificação do acesso ao livro, para a qual contribuiu quer a mercantilização do mesmo como mercadoria cultural, quer a sua disponibilização em espaços públicos a eles dedicados – as bibliotecas públicas.

Torna-se então evidente o lugar de destaque que o livro tem tido quer na sociologia da leitura, quer na sociologia das práticas culturais, no entanto, o aparecimento dos livros eletrónicos (ou *e-book*), aquilo que alguns autores designam como a “terceira onda da revolução digital” (Cordón Garcia, Arévalo e Roderó, 2010), obriga-nos a refletir acerca dos efeitos que esta revolução digital tem sobre o modo como encaramos o livro nos seus diferentes formatos.

1.2.2. O livro entre o impresso e o digital

Dada a existência de uma “multiplicidade de suportes actualmente disponíveis para a leitura”, onde “as tecnologias da informação e comunicação assumem uma importância cada vez maior”, é de sublinhar “a coexistência na vida social contemporânea de diferentes meios de comunicação e de diferentes suportes, impressos e electrónicos, através dos quais a leitura se desenvolve.” (Ávila, 2008: 73-74). X

Uma coexistência que tem vindo a ser constatada, mas que nem por isso foi imediatamente percebida como tal. Como tantas vezes aconteceu anteriormente noutros domínios (a invenção da televisão face ao cinema, por exemplo), os novos suportes para a leitura, propiciados pelas TIC, foram inicialmente encarados como precursores do declínio efetivo dos suportes tradicionais⁶. Assim, à proliferação dos ecrãs (como suporte de leitura) corresponderia, a seu tempo, o desaparecimento do impresso.

Vivemos atualmente numa época em que existe:

⁶ Para uma perspetiva sobre o “mundo digital” como “competidor” do livro e da leitura, ver Chartier (2001: 2)

Sans doute [...] ce lien assez paradoxal, dans nos sociétés, entre d'un côté une prolifération de l'écrit – et une prolifération qui est puissamment appuyée sur le monde de la communication numérique –, et de l'autre côté cette thématique obsédante, éplorée, mélancolique, de la mort du lecteur (Chartier, 2001: 3).

Complementando esta perspectiva, Cordón García, Díaz e Arévalo indicam-nos que:

La tecnofobia camuflada de argumento cultural ha demostrado históricamente su corto recorrido, precisamente porque la cultura se alimenta de la tradición, pero también, y muy poderosamente, de la renovación. La aparición de todo nuevo soporte de comunicación ha representado siempre un redistribución de roles con respecto a los preexistentes, pero casi siempre desde la óptica *de la coexistencia, y no de la exclusión* [sublinhado nosso]. Y, con el libro electrónico, ocurrirá algo parecido (Cordón García, Díaz e Arévalo, 2011: 17).

Para estes autores “los libros electrónicos se están introduciendo con relativa naturalidad en la población, sobre todo entre la más joven. Una de las razones para ello es la familiaridad que gran parte de esta tenía ya con los contenidos electrónicos” (2011: 17).

Estamos então em presença, principalmente na população mais jovem, de uma “lei de acumulação” das práticas culturais no geral, já que “le niveau d'investissement dans les «nouvelles» pratiques culturelles est corrélé avec le niveau d'investissement dans les pratiques traditionnelles: la loi du cumul se vérifie malgré les mutations opérées par le numérique” (Octobre, 2012: 221). No entanto, na perspectiva de Octubre, e de certa maneira *a contrario* da perspectiva de Cordón García, Díaz e Arévalo, tal não se verifica no que diz respeito à leitura de livros propriamente dita:

Cette loi du cumul en revanche ne s'applique pas à *lecture de livres, celle-ci est en baisse* [sublinhado nosso], baisse qui s'accompagne d'une mutation des supports de la lecture au détriment du livre et au profit des supports thématiques (journaux, magazines) et, peut être surtout, de la lecture sur écran, dont on a encore bien de mal à mesurer l'ampleur (Octobre, 2012: 221).

Após uma década do aparecimento dos primeiros *e-readers* e *tablets*⁷ “it is hard to judge how far into the digital reading revolution we are at this point” (Baron, 2015: 209), não existindo,

⁷ O primeiro *Kindle* da Amazon apareceu em novembro de 2007, o primeiro *iPad* da Apple em abril de 2010 (Rainie *et al.*, 2012: 15).

naturalmente, certezas absolutas sobre qual será o futuro do livro e que alterações se verificarão nas práticas de leitura.

Contudo, como veremos de seguida, no presente o livro continua a ter um papel fundamental nessa relação, seja em formato impresso, seja em formato digital.

1.2.3. Práticas de leitura no impresso e no digital

Nos últimos anos muitos são os estudos que refletem sobre o impacto do digital na relação dos indivíduos com os livros e a leitura, uma vez que “in less than a decade, the book trade, along with personal reading habits, has transformed dramatically” (Baron, 2015: 4). Note-se que:

The earliest ripples of change began with increased reading on computer screens in the 1980s and early 1990s. The waves strengthened with the proliferation of email, instant messaging, electronic versions of newspapers and magazines, and efficient online search tools by the end of the 1990s (Baron, 2015: 4).

No entanto, em consequência do advento de novos suportes de leitura (nomeadamente o Kindle e o iPad), assiste-se a um aumento quer do número de indivíduos que leem em formato digital (Rainie *et al.*, 2012), quer do número de *e-books* vendidos (Cordón Garcia, Arévalo e Rodero, 2010: 57; Baron, 2015: 7). Contudo, mais recentemente assistiu-se a um decréscimo nas vendas (Milliot, 2017), e a uma tendência para a estabilização da leitura de livros em formato digital (Perrin, 2019). Para além de fatores de contexto, esta estabilização explica-se em parte pelo síndrome de “fadiga digital”, que resulta de um certo cansaço decorrente da conectividade forçada e uso excessivo dos diferentes tipos de ecrãs (Cordón García, 2018: 3).

Um outro foco de pesquisas recentes relaciona-se com os efeitos cognitivos que a leitura digital possa ter, em comparação com a leitura em material impresso.

Segundo alguns autores (Walsh, 2016; Delgado *et al.*, 2018; Kong, Seo e Zhai, 2018), vários estudos mostram que não existem diferenças significativas entre impresso e digital, em termos de velocidade de leitura e compreensão dos textos, muito embora as performances em material impresso sejam ligeiramente melhores, e evidencia-se (ainda) uma preferência pelo material impresso, particularmente na leitura que decorre de obrigações escolares/académicas. Esta constatação – aparentemente paradoxal, uma vez que, através, nomeadamente, da publicação em revistas científicas, o meio académico foi dos principais impulsionadores para a publicação, e leitura, em formato digital (Cordón Garcia, Arévalo e Rodero, 2010: 56) –, é fundamentada por pesquisas que se focaram em exclusivo populações

estudantis pré-universitárias e universitárias, onde se realça quer o potencial de distração da leitura em suportes digitais (Rose, 2011: 521-522; Baron, Calixte e Havewala, 2017), quer aspetos relacionados com a materialidade do impresso face ao digital – a antecipação do mudar de página, a perceção física do número de páginas lidas, a palpabilidade do papel (Rose, 2011)⁸.

Para Walsh (2016), Delgado *et al.* (2018), Kong, Seo e Zhai (2018), é importante que se continuem a efetuar novos estudos, uma vez que as práticas de leitura em suporte digital são relativamente recentes e continuam a evoluir.

No entanto, retenhamos para já a seguinte ideia: não vale a pena deitar fora os livros impressos (Delgado *et al.*, 2018: 23), porque, não só estão ainda bastante presentes no quotidiano das pessoas, como terão, certamente, um papel a desempenhar no futuro.

A cultura das sociedades ocidentais contemporâneas já não é exclusivamente uma “cultura do objecto impresso” (Chartier, 1998: 9), mas também (ainda?) não é, predominantemente, uma cultura digital.

1.3. Os inquéritos sociológicos sobre leitura em Portugal

No primeiro ponto deste subcapítulo final de revisão da literatura, referenciamos os inquéritos sociológicos realizados em Portugal, exclusivamente dedicados à leitura e seguidamente. No segundo ponto, fazemos um enquadramento sobre os perfis sociais dominantes dos leitores de livros no nosso país.

1.3.1. Dos anos 80 aos anos 2000: três inquéritos sociológicos sobre leitura

As sociologias da leitura nascem no começo do século passado, sendo que o desenvolvimento dos inquéritos sociológicos sobre leitura está “íntimamente ligado a la historia política y social del siglo, a sus crisis y a sus esperanzas” (Poulain, 2004: 17). Quer em termos geográficos, quer em número, a expansão destes inquéritos ocorre ao longo do século XX (Poulain, 2004; Neves, 2011: 67-69), embora a noção de leitura como lazer tenha

⁸ Esta aparente vantagem do impresso sobre o digital assenta ainda em “students’ beliefs that hardcopy makes for better education, at least when doing long-form reading” (Baron, 2015: 12). De certa forma, a primazia do impresso, “could be accounted for by readers’ extensive experience of reading on paper, which shapes their preference for reading on paper and strengthened their use of reading on paper strategies” (Kong, Seo e Zhai, 2018: 146–147), e por outro lado, “because the electronic documents are not utilizing the features that make it so different to paper” (Walsh, 2016: 171).

particular incidência, neste tipo de inquéritos, após a Segunda Guerra Mundial (Poulain, 2004: 23).

Portugal tem também já alguma tradição em estudos extensivos que abordam, direta ou indiretamente, as práticas de leitura. Promovidos por diferentes entidades, tendo, ou não, as práticas de leitura como objeto de estudo principal, abrangendo toda a população ou direcionado apenas para determinados segmentos da mesma, os estudos sobre práticas de leitura têm tido alguma expressão na investigação sociológica, principalmente após a transição para a democracia⁹.

Interessa-nos sobretudo fazer aqui referência aos três inquéritos sociológicos sobre leitura que até hoje se realizaram em Portugal.

O primeiro desses inquéritos, *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico* – realizado em 1988, tendo como base uma amostra aleatória de 2.000 indivíduos e como universo a população portuguesa residente no continente, nas localidades com 1.000 e mais habitantes, com 15 e mais anos e alfabetizada, ou seja, um universo circunscrito a 3,5 milhões de habitantes (Freitas e Santos, 1991, 1992a, 1992b) –, foi um estudo que tinha como objetivo “fornecer elementos sobre as práticas de leitura em Portugal”, para tal respondendo a perguntas como: “quem lê? O que lê? Com que frequência? Que livros e quantos livros se possuem? Quem compra e quantos livros se compra? Onde se realiza o aprovisionamento de livros? Qual o lugar da leitura entre escolhas culturais?” (Freitas e Santos, 1991: 67).

Em 1995 foi realizado o segundo inquérito sociológico, *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, e tem como base uma amostra de 2.506 indivíduos (estratificada por região e por dimensão populacional das localidades de residência, com os indivíduos a serem selecionados através do método de amostragem por quotas a partir de uma matriz formada pelas variáveis sexo, idade e grau de escolaridade), representativa do universo composto pela população alfabetizada, com 15 e mais anos e residente no continente, ou seja, um universo perto dos 6,6 milhões de habitantes (Freitas, Casanova e Alves, 1997). Este estudo teve como finalidade “caracterizar e analisar os hábitos de leitura dos portugueses” (Freitas, Casanova e Alves, 1997: 17).

O último inquérito sociológico sobre leitura foi realizado em Portugal em 2006/2007. Este inquérito, *A Leitura em Portugal*, teve uma amostra de 2.552 indivíduos, diretamente proporcional ao universo que é composto pela população residente no continente, com 15 e mais anos, alfabetizada, ou seja, um universo de cerca de 7,5 milhões de habitantes – o método seguido para a seleção das localidades e dos indivíduos é semelhante ao do inquérito de 1995 (Santos *et al.*, 2007). Algumas das questões que orientaram este estudo são: “quem

⁹ Para uma perspetiva histórica com particular enfoque no período 1983-2011 ver Neves (2011: 115-124)

lê, o que lê, onde lê, porque lê (ou não), qual o lugar da leitura no conjunto das práticas culturais, quais as evoluções que se podem detectar relativamente a anteriores inquéritos à população realizados em Portugal?” (Santos *et al.*, 2007: 7), sendo de destacar a análise comparativa com o inquérito de 1995.

1.3.2. Perfis sociais dominantes de leitores de livros

Se é verdade que se tem assistido nas últimas décadas a diferentes evoluções da leitura e da leitura de livros como atividade de lazer – por um lado, generalização da leitura, por outro, declínio dos leitores de livros (em especial dos que leem mais livros) –, também é verdade que tem existido alguma regularidade no que aos perfis sociais de leitores de livros diz respeito; e embora existam diferenças, muitas delas assinaláveis, entre Portugal e os países da União Europeia, no que concerne a condições sociais, situação económico-financeira e práticas culturais (só para nomear algumas), os perfis dos portugueses leitores de livros assemelham-se aos perfis dos seus congéneres europeus (Neves, 2015c).

Que perfis são esses, ou dito de outro modo, que características sociodemográficas têm os portugueses leitores de livros?

São maioritariamente do sexo feminino, são mais jovens (com destaque para os estudantes), têm níveis de escolaridade e rendimentos mais elevados, e os que residem em áreas urbanas, metropolitanas têm maior expressão (Santos *et al.*, 2007; Neves, 2015a, 2015c).

Em termos da estrutura socioprofissional (Costa, 2008: 227–228; Costa, Machado e Almeida, 2007), constata-se uma sobrerrepresentação na categoria Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), quer na leitura de livros, quer nas práticas culturais em geral (Neves, 2015a: 74, 2015c: 131).

Não existindo desde 2007 um inquérito específico sobre leitura em Portugal, em que um dos focos seja a leitura de livros, a evolução destes perfis desde essa altura não tem sido aprofundada. O colmatar dessa lacuna é um dos objetivos desta investigação

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

Neste capítulo, descrevemos os objetivos e modelo de análise que orientam esta investigação, para além de discutirmos a estratégia metodológica.

2.1. Objetivos e modelo de análise

Esta pesquisa tem como objetivo central aprofundar o conhecimento sociológico sobre as práticas de leitura de livros na população portuguesa, nomeadamente, pretende-se responder à pergunta: quem lê em Portugal? Como objetivo complementar, pretende-se também perceber as evoluções recentes dessas práticas no nosso país – lê-se mais, ou menos, livros hoje em dia? –, e saber como Portugal se situa em comparação com outros países da União Europeia (UE).

Como refere Olivier Donnat, trata-se de um objetivo de ordem quantitativa, onde se pretende medir determinado comportamento, opinião ou atividade (neste caso a leitura de livros) dentro de uma população (a portuguesa), numa perspetiva comparativa (2005: 60).

Esta investigação recorre a dados secundários provenientes do Eurobarómetro 278-*European Cultural Values*, de 2007 (EB 278), do Eurobarómetro 399-*Cultural access and participation*, de 2013 (EB 399), e do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) de 2007, 2011 e 2016; o que permite uma análise com um âmbito geográfico alargado, não só nacional (Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), mas também europeu (mais concretamente a UE a 27).

Como referimos anteriormente, o conceito mobilizado para leitura de livros é a de leitura de livros como atividade de lazer (sendo a leitura de livros um dos vetores das práticas de leitura como um todo). Nesse sentido, o modelo de análise construído para esta investigação assenta neste conceito em particular, que, por sua vez, se enquadra no conceito mais abrangente de prática cultural (Coulangeon, 2005: 3-4).

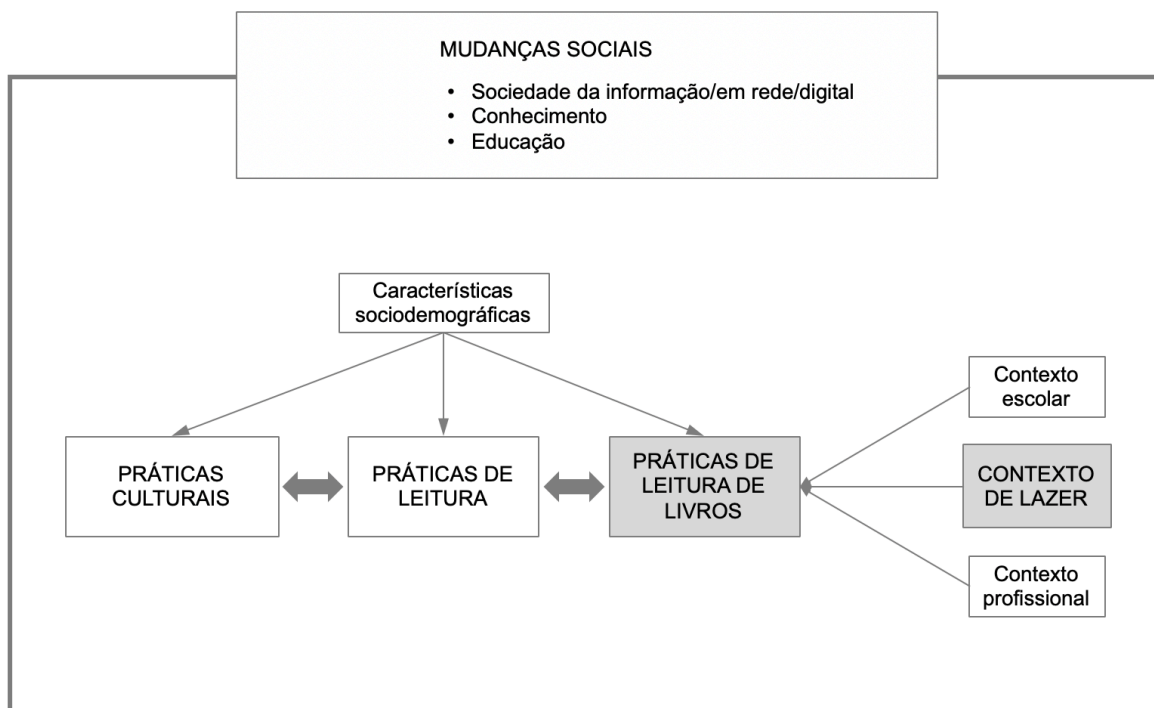
Como dimensões orientadoras desta pesquisa, enquadradas num contexto de mudanças sociais alargadas, temos as características sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, residência, condição perante o trabalho, categoria socioprofissional) e a relação com outras práticas culturais. Ficam de fora desta investigação (uma vez que os dados não o permitem¹⁰) o aprofundamento sobre outro tipo de leituras (realizadas em contexto escolar ou profissional), e questões relacionadas quer em relação à oferta-procura de livros (impresso e/ou digital),

¹⁰ Ver mais adiante o subcapítulo “2.2.2. Crítica das fontes”

quer com o tipo de suportes em que é feita a leitura de livros (uma vez mais, impresso e/ou digital).

Na figura 2.1. podemos ver esquematicamente o modelo de análise enunciado.

Figura 2.1: Modelo de Análise



2.2. Estratégia metodológica

Face aos objetivos traçados, a estratégia metodológica adotada assenta numa pesquisa quantitativa com recurso a fontes de dados secundários, o que possibilita a reconstrução da evolução das práticas de leitura de livros, assegurando ao mesmo tempo uma análise o mais robusta possível.

A metodologia quantitativa pode ser descrita, em termos muito genéricos, “as entailing the collection of numerical data, as exhibiting a view of the relationship between theory and research as deductive and a predilection for a natural science approach (and of positivism¹¹ in particular), and as having an objectivist conception of social reality” (Bryman, 2012: 160).

Esta metodologia permite trabalhar um número alargado de casos, possibilitando a inferência para a população geral através do recurso a técnicas de amostragem, permite uma análise quantitativa dos dados, através da estatística, ou seja, uma vez que a metodologia

¹¹ Para um aprofundamento teórico da relação entre positivismo e metodologia quantitativa ver Bryman (2012: 27-28)

quantitativa recorre muitas das vezes, como instrumento de recolha de informação, ao inquérito por questionário – que constitui “en la actualidad un instrumento muy difundido que tiene la ventaja de presentar los signos exteriores de un perfil científico, ya que los resultados se expresan en cifras” (Donnat, 2005: 63) –, é possível “medir las frecuencias, establecer comparaciones, observar relaciones entre variables [e] estimar la importancia de los factores sociales” (Donnat, 2005: 64).

Contudo, o investigador que recorre à metodologia quantitativa não o faz sem ter presente algumas preocupações. Para Bryman, existem “four distinctive preoccupations that can be discerned in quantitative research [...]: measurement, causality, generalization, and replication” (2012: 175). Para além das questões de fiabilidade e validade das fontes (e dados) usadas – com vista a explicar, e não meramente descrever, os fenómenos que pretende analisar –, o investigador que recorre à pesquisa quantitativa está normalmente interessado quer na possibilidade de generalização das suas descobertas para além do contexto particular em que a pesquisa foi conduzida, quer na possibilidade de replicação dessa pesquisa por parte de outros investigadores (Bryman, 2012: 175-177).

Para além destas preocupações, a pesquisa quantitativa pode colocar o investigador perante algumas limitações inerentes à mesma. Por um lado, e como já referimos anteriormente, os dados utilizados podem não permitir um aprofundamento da análise tanto quanto desejado. Por outro lado, as necessidades da pesquisa podem não ser totalmente colmatadas com os dados disponíveis.

No entanto, estas preocupações e limitações não deverão demover o investigador de efetuar a investigação com base nos dados ao seu alcance, quer tenham sido recolhidos por si (dados primários), quer estejam disponíveis através do acesso a fontes fidedignas e respetivas bases de dados (dados secundários).

2.2.1. Fontes de dados secundários

A presente investigação é sustentada exclusivamente em fontes de dados secundários, sendo que para tal acedemos aos microdados dessas fontes.

Como referimos no subcapítulo 1.3., não existe um inquérito sociológico sobre leitura em Portugal desde 2007, no entanto, outros inquéritos (internacionais) têm tido abordagens às práticas culturais no geral, e dentro destas, às de leitura em particular.

Desde logo, o EB 278, e o EB 399, são inquéritos sobre como os cidadãos europeus se relacionam com a cultura, e que permitem, não só, uma comparação e enquadramento de

Portugal com outros países europeus, mas também, uma análise diacrónica entre 2007 e 2013¹².

As amostras dos inquéritos EB (278 e 399) em Portugal são de 1.013 indivíduos em 2007 e de 1.015 indivíduos em 2013 (Comissão Europeia, 2007, 2013).

No EB 278 e EB 399, a pergunta que é feita sobre leitura de livros é “How many times in the last twelve months have you read a book?”, com as seguintes categorias de resposta: “Never in the last twelve months”, “1-2 times”, “3-5 times”, “More than 5 times” e “Don’t know”.

Quanto ao acesso aos microdados do EB 278 e do EB 399, o mesmo faz-se através do site do GESIS Leibniz Institute for the Social Sciences¹³, uma “infrastructure institution for the social sciences whose purpose is to promote social science research”¹⁴. Embora de acesso livre e gratuito, é necessário proceder-se a um registo com endereço eletrónico e password.

Para uma análise sobre a evolução das práticas de leitura centrada apenas em Portugal, optámos pelo IEFA, de 2007, 2011 e 2016.

O IEFA é um inquérito europeu coordenado pelo Eurostat¹⁵, sendo o INE o organismo responsável pela sua aplicação em Portugal. É um inquérito à população que “pretende aferir a participação dos indivíduos em actividades de educação formal, de educação não-formal e de aprendizagem informal”, no entanto, abrange ainda “áreas consideradas fundamentais para entender os aspectos chave da participação na educação e na formação”, entre as quais, e aquela que nos interessa, a “participação em actividades culturais e sociais” (INE, 2007: 3-4).

Este inquérito tem por base amostras probabilísticas, compostas por 11.289 indivíduos em 2007, 14.189 indivíduos em 2011 e 14.211 indivíduos em 2016, tendo sido inquiridos indivíduos residentes em território nacional (Continente e Regiões Autónomas), com idades compreendidas entre 18 e 64 anos, no caso do IEFA de 2007, e indivíduos com idades compreendidas entre 18 e 69 anos, no caso do IEFA de 2011 e 2016 (INE, 2009, 2013, 2017).

Relativamente às perguntas específicas sobre leitura de livros temos, no IEFA 2007, a pergunta “Nos últimos 12 meses leu algum livro como atividade de lazer?” (resposta “Sim” ou “Não”), e a pergunta “Nos últimos 12 meses, em média, quantos livros leu como atividade de

¹² Note-se que os inquéritos por sondagem do Eurobarómetro “seguem um método comum. Incluem os países membros da UE e os países candidatos. O universo é constituído pela população residente com 15 e mais anos. A amostra é multietápica, aleatória, probabilística, proporcional à dimensão e à densidade populacionais. A aplicação é feita face a face nos alojamentos familiares, com questionário na língua do país” (Neves, 2015b: 32)

¹³ Mais precisamente através do link: <https://www.gesis.org/eurobarometer-data-service/search-data-access/data-access>.

¹⁴ Retirado de <https://www.gesis.org/en/institute>.

¹⁵ Cujá denominação em inglês é Adult Education Survey (AES).

lazer?”, com as categorias de resposta: “1 a 3 livros”, “4 a 7 livros”, “8 a 12 livros”, “Mais do que 12 livros”, “Recusa” e “Não sabe”. No IEFA 2011 e 2016, após a pergunta “Nos últimos 12 meses leu algum livro como atividade de lazer?” (resposta “Sim” ou “Não”), pergunta-se “Leu menos de 5 livros, entre 5 e 10 livros ou mais de 10 livros?”, com as categorias de resposta “Menos de 5 livros”, “Entre 5 e 10 livros”, “Mais de 10 livros”, “Recusa” e “Não sabe”.

Para aceder aos microdados do IEFA 2007, 2011 e 2016 foi necessário efetuar um pedido, pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ao abrigo do Protocolo, assinado, em 23 de dezembro de 2008, entre o Instituto Nacional de Estatística (INE, IP), a Fundação para Ciência e tecnologia (FCT, IP) e o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GPEARI-MCTES)¹⁶.

Para uma perspetiva comparada acerca de alguns parâmetros técnicos do EB e do IEFA consideremos o quadro 2.1.

Quadro 2.1: Comparação de vários parâmetros no EB (278, 399) e IEFA (2007, 2011 e 2016)

	EB 278	EB 399	IEFA 2007	IEFA 2011	IEFA 2016
População (idade)	15 e mais anos	15 e mais anos	18 a 64 anos	18 a 69 anos	18 a 69 anos
Amostra	1.013	1.015	11.289	14.189	14.211
Tipo de amostra	Multietápica, Random Route	Multietápica, Random Route	Multietápica, Probabilística Estratificada	Multietápica, Probabilística Estratificada	Multietápica, Probabilística Estratificada
Âmbito territorial	Portugal	Portugal	Continente e Regiões Autónomas	Continente e Regiões Autónomas	Continente e Regiões Autónomas
Método de recolha de informação	No alojamento, Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI)	No alojamento, Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI)	No alojamento, Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI)	No alojamento, Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI)	No alojamento, Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI)

Fontes: Comissão Europeia (2007, 2013), INE (2009, 2013, 2017).

Importa referir que os estudos efetuados até agora a partir destas bases de dados não incidiram especificamente sobre o tema, nem foram motivados pelos objetivos, da presente investigação. Como exemplo de outras análises feitas destacamos, no caso do EB (278 e 399), o capítulo “Práticas culturais e desigualdades na Europa”, do livro *Desigualdades em Questão. Análises e Problemáticas* (Neves, 2015b), e mais recentemente o capítulo “Práticas

¹⁶ Esse pedido foi assinado por José Soares Neves e Patrícia Durães Ávila, orientadores desta dissertação.

culturais e acesso à cultura”, do livro *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa* (Neves e Gomes, 2018). Quanto ao IEFA (2007, 2011 e 2016) destacamos o capítulo “Adultos e Aprendizagem em Portugal. Uma década de avanços e retrocessos no combate às desigualdades sociais educativas da população adulta”, do livro *A Participação Educativa dos Adultos: Realidades e Desafios*, ainda no prelo (Ávila e Aníbal, 2019 [no prelo]).

No entanto, como vimos nos parágrafos anteriores, estes inquéritos têm dados secundários específicos sobre a prática de leitura de livros que mobilizámos para responder às questões específicas desta investigação, tendo em conta os objetivos enunciados para a mesma.

2.2.2. Crítica das fontes

Embora tenhamos presente que as fontes utilizadas têm, em certa medida, como atenuante o facto de não serem inquéritos específicos sobre práticas de leitura, tal circunstância não inviabiliza que se faça uma reflexão crítica acerca das mesmas.

Nesse sentido, e começando pelos EB, refira-se, em primeiro lugar, que a pergunta que é feita sobre leitura de livros – How many times in the last twelve months have you read a book? –, é demasiado abrangente. Embora o EB 278 e o EB 399 sejam inquéritos sobre a relação dos cidadãos com a cultura, não é possível distinguir, nas respostas que os indivíduos dão aquela questão, a que tipo de leitura de livros se estão a referir, se à leitura de livros em lazer, se à leitura de livros instrumental (por obrigações profissionais ou escolares). Em segundo lugar, não existe uma pergunta sobre qual suporte em que os inquiridos leem livros, não possibilitando assim uma análise comparativa entre leitura de livros impressos e digitais. Se é verdade que em 2007 a leitura de livros em suporte digital não tinha a expressão que veio a ter de seguida (muito embora as pessoas já lessem livros em formato digital através do computador), em 2013 a realidade já era outra, com percentagens de indivíduos que leem nesse formato muito relevantes (Cardoso e Cameira, 2015).

Em relação ao IEFA, a questão sobre que tipo de leitura de livros é realizada não se coloca, uma vez que os indivíduos são inquiridos sobre a leitura de livros como atividade de lazer. Contudo, à semelhança do EB, mantém-se a questão sobre os suportes de leitura, ainda para mais sendo o último IEFA de 2016, importa seguramente aferir qual a adesão que o suporte digital suscita, e qual a relação entre a leitura em papel e digital, *offline* e *online*, nos modos de ler. Sendo que, no caso concreto de Portugal, a leitura de livros em suporte digital não parece ser irrelevante (Neves, 2016).

Esta reflexão crítica pretende ser, acima de tudo, um contributo para que em próximos inquéritos, que sejam exclusivos sobre práticas de leitura ou que apenas abordem esta

temática, as questões que referimos sejam acauteladas, para que se possa ter uma análise o mais completa e aprofundada possível.

2.2.3. Eurobarómetro e IEFA: plano de análise

No que às práticas de leitura de livros diz respeito, o EB 278 e o EB 399 possibilitam-nos, para além da comparação de Portugal com outros países da UE (relembramos que a nossa análise recai em particular sobre a UE a 27) em dois momentos distintos (2007 e 2013), aferir se Portugal acompanha, ou não, a tendência verificada no conjunto desses países. Esta perspetiva comparativa baseia-se, essencialmente, na análise dos dados obtidos através das respostas à pergunta “Quantas vezes nos últimos doze meses leu um livro?”

Embora ambos os EB tenham perguntas de caracterização sociodemográfica e socioprofissional, optámos por não aprofundar a análise sobre Portugal a partir dos dados destes dois inquéritos, em primeiro lugar, porque a pergunta que é feita sobre escolaridade (How old were you when you stopped full-time education?) não permite estabelecer qual o grau de escolaridade concluído, em segundo lugar, porque os inquéritos se focam apenas em dois anos, 2007 e 2013, este último distando já seis anos.

Relativamente ao IEFA, começamos por analisar a evolução da leitura de livros como atividade de lazer em Portugal, ao longo de, praticamente, uma década (2007 a 2016), e quais as características sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade concluída, residência) e socioprofissionais dos leitores de livros. De seguida, efetuamos uma análise focada apenas no ano de 2016 que incide sobre a tipologia de leitores (segmentados por número de livros lidos) e as suas características sociodemográficas e socioprofissionais. Ainda sobre o ano de 2016 apenas, teremos uma outra abordagem assente numa análise multivariada – análise de correspondências múltiplas – que permitirá situar a leitura num espaço multidimensional e relacional que compreende outras práticas de leitura, culturais e de aprendizagem.

Tratando-se, como referimos, de um inquérito de âmbito europeu, o IEFA/AES permite a comparação entre Portugal e outros países da Europa, no entanto, essa análise ficaria limitada aos indivíduos com idade dos 25 aos 64 anos, uma vez que é essa a população alvo do inquérito europeu¹⁷, e aos anos de 2007 e 2011, já que o Eurostat ainda não disponibilizou os dados referentes ao ano de 2016, relativos aos países onde o inquérito decorreu. Por esse motivo, optámos por não efetuar a análise comparativa de Portugal com os congéneres europeus com base nos dados do AES.

¹⁷ Ver nota metodológica de *Aprendizagem ao longo da vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011* (INE, 2013)

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS RESULTADOS

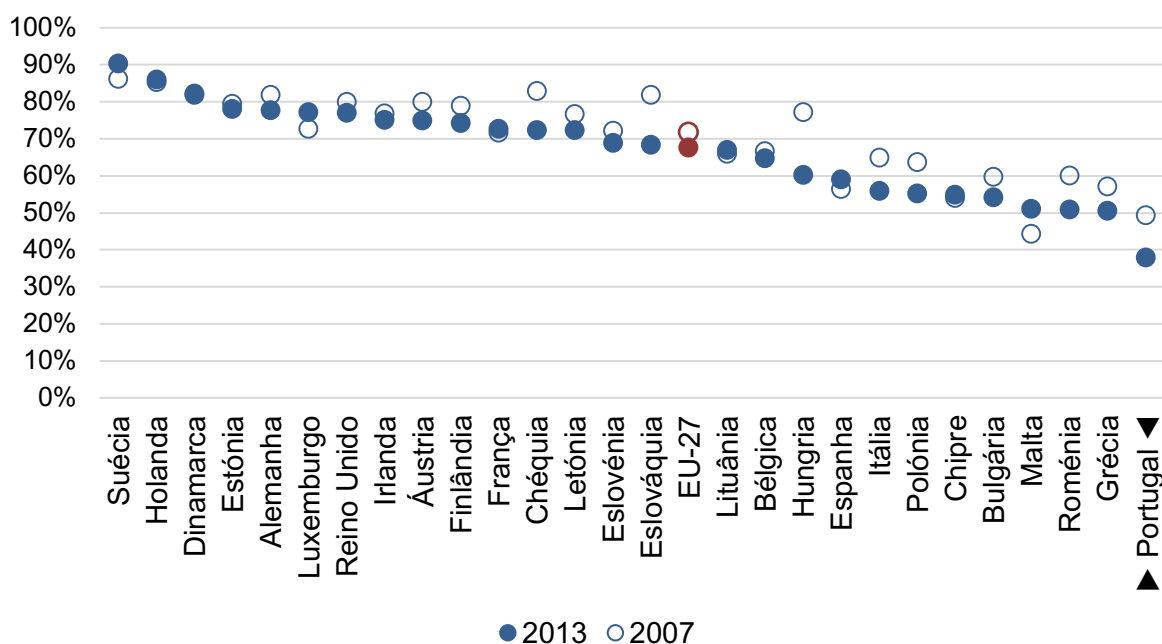
O terceiro capítulo é dedicado à apresentação dos resultados da nossa pesquisa nos três planos analíticos adotados: um sobre a evolução da leitura de livros na União Europeia numa perspetiva transnacional e dois especificamente sobre Portugal – um sobre a evolução verificada e outro especificamente sobre a leitura de livros em 2016, incluindo uma análise multivariada.

3.1. Evolução da leitura de livros na Europa a 27: 2007 e 2013

Como vimos no capítulo anterior, o EB e o IEFA, fornecem-nos dados que possibilitam aferir a relação dos europeus com a cultura, nomeadamente no que diz respeito à participação cultural nos países da União Europeia, e em particular à leitura de livros.

A análise dos dados do EB 278 e do EB 399 permite-nos perspetivar a evolução da prática de leitura de livros no contexto da Europa¹⁸ a 27 (EU-27), de 2007 para 2013, e ao mesmo tempo, enquadrar Portugal nesse mesmo contexto. Trata-se de um indicador muito genérico – leitura de livros pelo menos uma vez no último ano – que não distingue o tipo de livros lido, o âmbito da leitura, ou o número de livros lido, captando apenas a presença dessa prática, mesmo que ocasional, no último ano (figura 3.1).

Figura 3.1: Leitura de livros nos países da EU-27 (2007 e 2013)



Fontes: Elaboração própria a partir de Eurobarómetro 399, 2013 (Bdados); Eurobarómetro 278, 2007 (Bdados).
Nota: Países ordenados por ordem decrescente da percentagem, ano de 2013.

¹⁸ Uma outra aproximação analítica à leitura de livros na União Europeia pode ser consultada em (Lopes e Neves, 2019).

Utilizando este indicador, observamos que a percentagem de indivíduos que afirmam ter lido pelo menos uma vez, nos 12 meses anteriores ao inquérito, decresce na maioria dos países analisados. Dos 27 países esse decréscimo ocorre em 19 (a média europeia desce 4%, de 72% para 66%), sendo que em oito a percentagem sobe ligeiramente. As maiores descidas verificam-se na Hungria (-17%, de 77% para 60%) e na Eslováquia (-14%, de 82% para 68%), enquanto as maiores subidas dão-se em Malta (+7%, de 44% para 51%), e no Luxemburgo (+4% de 73% para 77%). Portugal aparece em 2013 com a menor percentagem de leitores neste inquérito (em 2007 tinha a penúltima mais baixa), consequência do terceiro maior decréscimo (11%) no período analisado: se em 2007 quase metade dos inquiridos afirma ter lido pelo menos um livro nos 12 meses anteriores (49% para ser mais exato), em 2013 é o único país em que menos de metade da população responde afirmativamente a essa questão (38%).

Quanto à frequência de leitura de livros, verificamos que o panorama de declínio se mantém na maioria dos países, quer seja na categoria “leu pelo menos três vezes”, quer seja na categoria “leu mais do que cinco vezes” (quadro 3.1).

Quadro 3.1: Frequência de leitura de livros na União Europeia a 27 (2007 e 2013)
(percentagem)

Leu pelo menos três vezes			Leu mais do que cinco vezes		
País ^a	2007	2013	País ^a	2007	2013
Suécia	72,7	80,6	Suécia	60,3	68,3
Holanda	71,8	69,6	Holanda	58,0	55,2
Dinamarca	66,6	66,9	Dinamarca	54,1	52,8
Estónia	64,3	61,4	Reino Unido	53,9	50,7
Reino Unido	65,8	61,2	Estónia	51,2	48,4
Finlândia	61,1	59,5	França	42,8	46,9
Irlanda	58,2	59,3	Irlanda	40,5	46,6
Alemanha	60,1	58,8	Alemanha	45,8	45,4
França	55,1	57,3	Finlândia	33,4	43,9
Luxemburgo	55,5	56,4	Letónia	51,7	43,4
Letónia	60,9	56,2	Chéquia	42,7	42,1
Austria	53,8	54,2	Luxemburgo	39,1	41,2
Chéquia	59,7	53,9	Eslovénia	36,5	40,4
Eslovénia	51,1	51,9	Lituânia	38,0	38,4
Lituânia	49,4	50,0	Eslováquia	44,7	37,8
EU-27	52,7	49,7	UE-27	38,4	37,3
Eslováquia	60,1	49,4	Áustria	34,7	34,9
Bélgica	50,2	47,9	Bélgica	34,5	33,2
Espanha	37,8	38,5	Espanha	22,8	26,1
Bulgária	41,6	36,6	Polónia	33,0	26,0
Polónia	46,9	36,4	Hungria	39,8	25,5
Malta	28,8	36,1	Bulgária	30,6	25,4
Hungria	54,0	35,3	Malta	19,5	24,8
Chipre	30,6	33,3	Chipre	19,8	20,5
Itália	34,0	31,8	Grécia	21,1	19,8
Grécia	33,9	30,8	Itália	20,6	18,9
Roménia	37,5	30,5	Roménia	23,6	18,6
Portugal	29,5	18,7	Portugal	17,3	12,5

Fontes: Elaboração própria a partir de Eurobarómetro 399, 2013 (Bdados); Eurobarómetro 278, 2007 (Bdados).
Nota: ^a Países ordenados por ordem decrescente da percentagem, ano de 2013.

Relativamente à opção “pelo menos três vezes” constatamos que em 16 países a percentagem desceu, e subiu em 11 – a média europeia desce 3% (de 53% para 50%).

Os maiores decréscimos registam-se na Hungria (-19%, de 54% para 16%), na Eslováquia (-11%, de 60% para 49%) e em Portugal (-11%, de 30% para 19%), enquanto as maiores subidas são na Suécia (+8%, de 73% para 81%) e em Malta (+7%, de 29% para 36%).

No que diz respeito à opção “mais do que cinco vezes” vemos que a percentagem desceu em 16 países e subiu em 11 – a média europeia decresce 1% (de 38% para 37%). Temos as maiores descidas na Hungria (-14% de 40% para 26%) e na Letónia (-9% de 52% para 43%), e as maiores subidas na Finlândia (+11%, de 33% para 44%) e na Suécia (+8%, de 60% para 68%).

Focando-nos especificamente em Portugal constatamos, uma vez mais, que o país se encontra numa posição muito fraca (a menor percentagem em ambas as opções), com percentagens muito baixas e decréscimos acentuados.

Na opção “pelo menos três vezes”, Portugal decresce mais de 35% entre 2007 e 2013 (de 30% para 19%, como referimos anteriormente), enquanto na opção “mais do que cinco vezes”, decresce 28% (de 17% para 13%). Na primeira opção, a distância de Portugal face à média europeia é de 31 pontos percentuais, na segunda opção essa distância é de 25 pontos percentuais, ou seja, em Portugal (em 2013), cerca de dois em cada 10 indivíduos que leem livros, lê pelo menos três vezes, e apenas um em cada 10 indivíduos é que lê livros mais do que cinco vezes por ano.

3.2. Leitura de livros como atividade de lazer em Portugal: 2007, 2011 e 2016

Focamo-nos de seguida na evolução das práticas de leitura em Portugal, em exclusivo, tendo os dados do IEFA de 2007, 2011 e 2016 como base empírica para a análise.

Numa primeira leitura desses dados constatamos que a percentagem de portugueses que afirma ler livros como atividade de lazer¹⁹, decresce paulatinamente entre 2007 e 2016 (quadro 3.2).

¹⁹ No restante texto sempre que nos referimos a “ler livros”, “leitura de livros”, ou “leitores de livros”, está implícito que nos referimos à leitura de livros como *atividade de lazer*.

Quadro 3.2: Leitura de livros como atividade de lazer por Sexo, Idade, Grau de escolaridade concluído, Grau de urbanização e Região de residência (NUTS II)

(% de respostas “Sim” à pergunta “Nos últimos 12 meses leu algum livro como atividade de lazer?”)

	Leitura de livros como atividade de lazer			
	2007	2011	2016	Δ 2016/2007
Resultados Globais	43,7	41,6	39,5	-4,2
Sexo				
Masculino	35,1	31,2	28,0	-7,1
Feminino	52,2	51,4	50,1	-2,1
Idade				
18-24 anos	54,1	49,3	44,2	-9,9
25-34 anos	51,9	48,6	43,8	-8,1
35-44 anos	43,6	42,2	40,1	-3,5
45-54 anos	37,0	37,7	37,0	0
55-64 anos	33,6	33,1	35,2	1,6
Grau de escolaridade concluído				
Nenhum	5,2	7,0	5,6	0,4
Ensino Básico	30,6	27,3	23,5	-7,1
Ensino Secundário/pós-secundário	70,4	58,1	47,3	-23,1
Ensino Superior	86,7	79,9	70,1	-16,6
Grau de urbanização				
Área densamente povoada	50,7	48,5	45,8	-4,9
Área medianamente povoada	36,6	38,2	36,5	-0,1
Área pouco povoada	40,2	32,5	29,0	-11,2
Região de Residência (NUTS II)				
Norte	36,5	36,9	35,8	-0,7
Centro	41,1	38,3	36,2	-4,9
Área Metropolitana de Lisboa	56,0	53,3	49,9	-6,1
Alentejo	44,8	34,6	33,4	-11,4
Algarve	46,6	48,5	38,3	-8,3
R. A. Açores	28,7	26,2	33,8	5,1
R. A. Madeira	47,7	32,8	33,6	-14,1
<i>Bases</i>	11.289	12.813	12.965	—

Fontes: Elaboração própria a partir de IEFA 2007, 2011 e 2016 (bdados).

Notas: Qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,001$).

Para permitir a comparabilidade com o ano de 2007, os dados de 2011 e 2016 foram limitados às respostas dos indivíduos com idade igual ou inferior a 64 anos.

Em 2007 a percentagem total de quem afirmava ler livros situa-se nos 44%, decresce em 2011 para 42%, fixando-se em 2016 em 40%.

Esse decréscimo contínuo também é observado quando efetuamos uma análise por sexo – os indivíduos de sexo masculino que leem livros como atividade de lazer são 35% em 2007, menos quatro pontos percentuais (para 31%) em 2011, descendo abaixo da fasquia dos 30% em 2016 (28%). Nos indivíduos de sexo feminino esse decréscimo é menos acentuado: de 52% em 2007 a 51% em 2011, situando-se em 50% em 2016, ou seja, um decréscimo de um

ponto percentual em cada ano, ao passo que, no sexo masculino, essa descida é quatro pontos percentuais, entre 2007 e 2011, e de três pontos percentuais entre 2011 e 2016. Acentua-se assim a clivagem por sexo, ou seja, a leitura de livros por prazer é mais comum entre as mulheres do que entre os homens.

Apesar da descida percentual em ambos os sexos, é de notar que, não só a percentagem de leitoras de livros é sempre superior à dos leitores de livros – no período em análise, pelo menos metade das mulheres inquiridas afirma ler livros, enquanto nos homens, passamos de mais de um terço de leitores de livros em 2007, para menos de um terço em 2016 –, como a diferença percentual entre leitoras e leitores aumenta de ano para ano: em 2007 essa diferença é de 17 pontos percentuais, aumenta para 20 pontos percentuais em 2011, aumentando novamente para 22 pontos percentuais.

Relativamente à idade, constatamos que a percentagem desce ao longo deste período, nos indivíduos que têm entre 18 e 44 anos. No escalão etário dos 18-24 anos essa descida é mais pronunciada – desce 10 pontos percentuais entre 2007 e 2016: mais de metade (54%) lê livros em 2007, baixa para 49% em 2011 e fixa-se em 44% em 2016. Acima dos 50% também estão os indivíduos que têm entre 25 e 34 anos, e que leem livros em 2007, passam a 49% em 2011, decrescendo para 44% em 2016. Por sua vez os indivíduos que têm entre 35 e 44 anos, são os que têm um decréscimo menos pronunciado – de 44% em 2007, passam para 42% em 2011, ficando nos 40% em 2016.

Os indivíduos dos 45 aos 64 anos mantêm uma certa estabilidade ao longo da década, embora com pequenas variações. No escalão etário dos 45 aos 54 anos sobem de 37% em 2007, para 38% em 2011, decrescendo novamente para os 37% em 2016. Nos indivíduos dos 55 a 64 anos verifica-se um decréscimo de 34% para 33%, entre 2007 e 2011, registando-se depois um crescimento para os 35% em 2016.

Registe-se que a posição relativa entre os vários escalões etários se mantém inalterável, ao longo desta década, apesar das variações que ocorrem, ou seja, à medida que aumenta a idade, desce a percentagem dos que leem livros.

Cruzando a escolaridade com a leitura de livros, o panorama geral não difere, com exceção dos indivíduos que não têm nenhum grau de escolaridade concluído – de 5% em 2007, os que são leitores crescem para 7% em 2011, descendo para 6% em 2016 (um ponto percentual acima face a 2007). Os indivíduos com o ensino básico concluído, e que afirmam ler livros, descem sete pontos percentuais, de 31% em 2007 para 24% em 2016 (em 2011 eram 27%). Os que concluíram o ensino secundário/pós-secundário passam de 70% em 2007 para 58% em 2011, decrescendo para 47% em 2016 (são os que têm a descida mais acentuada, 23 pontos percentuais). Os detentores de um diploma universitário decrescem sete pontos percentuais entre 2007 e 2011 (de 87% para 80%), e decrescem 10 pontos percentuais entre 2011 e 2016 (de 80% para 70%).

Apesar da descida generalizada da leitura de livros nos indivíduos que concluíram algum grau de escolaridade, verifica-se aquilo que a literatura nos indica, isto é, quanto mais elevado é o grau de escolaridade, maior é a percentagem dos indivíduos que leem livros por prazer.

Sendo a escolaridade determinante no que à leitura de livros diz respeito, importa aprofundarmos um pouco mais esta relação.

Ao cruzarmos a idade com a escolaridade e com a leitura de livros constatamos que as maiores diferenças, entre 2007 e 2016, existem nos leitores de livros mais jovens, com graus de escolaridade mais elevados (anexos A e B).

Os indivíduos com ensino secundário/pós-secundário que têm entre 18-24 anos, e que leem livros, têm neste período um decréscimo de 22% – em 2016 mais de metade destes jovens não lia livros (eram 70% em 2007) –, enquanto os leitores de livros com esse mesmo grau de escolaridade, mas que têm entre 25-44 anos, têm um decréscimo de 31% (de 70% para 38%). Aliás, os leitores de livros dos vários escalões etários e que têm o ensino secundário/pós-secundário, tem descidas percentuais acima dos 20%, entre 2007 e 2016, excetuando os mais velhos (55-64 anos) com uma descida de 17% (de 77% para 60%). No mesmo período, mas nos leitores de livros com o ensino superior, a maior descida (-28%) é nos mais jovens (18-24 anos) – eram 88% em 2007 –, e a segunda maior (-24%) nos que têm entre 35-44 anos (de 88% para 64%), enquanto os mais velhos (55-64 anos) decrescem apenas 6%. A idade continua a ser uma variável importante no que respeita à leitura de livros, agora no sentido em que os mais jovens registam uma evolução negativa, ao passo que entre os mais velhos a tendência é de manutenção dos níveis de leitura.

Quanto ao grau de urbanização, assiste-se ao decréscimo da percentagem de quem lê livros como atividade de lazer nos indivíduos que habitam em áreas densamente povoadas e em áreas pouco povoadas. Nos primeiros, esse decréscimo cifra-se em cinco pontos percentuais entre 2007 e 2016 (de 51% para 46%), nos segundos o decréscimo é maior, 11 pontos percentuais (de 40% em 2007 para 29% em 2016). A percentagem dos que leem livros e que habitam áreas medianamente povoadas, mantém-se praticamente inalterada: 37% em 2007, 38% em 2011, passando novamente para 37% em 2016. De notar que, em 2007, a percentagem dos leitores de livros habitantes em áreas pouco povoadas era superior à percentagem dos que habitavam em áreas medianamente povoadas, situação que veio a alterar-se logo em 2011, mantendo-se essa inversão em 2016 – em 2011 e 2016, são os habitantes das áreas densamente povoadas que têm uma percentagem maior de leitores de livros, seguidos pelos habitantes das áreas medianamente povoadas e dos habitantes das áreas pouco povoadas.

Em relação à região de residência, excetuando a Região Autónoma dos Açores (RAA), verificamos que a percentagem de leitores de livros desce em todas as outras regiões entre 2011 e 2016. No Norte, essa percentagem praticamente mantém-se: de 37% em 2007 e 2011,

desce apenas um ponto para 36% em 2016. No Centro, regista-se uma descida de cinco pontos percentuais (de 41% em 2007 para 36% em 2016); na Área Metropolitana de Lisboa (AML) verifica-se uma descida de 56% em 2007 para 50% em 2016; no Alentejo, de 45% em 2007 desce para 33% em 2016; e na Região Autónoma da Madeira (RAM), observa-se uma descida de 48% em 2007 para 34% em 2016 (a maior das descidas, um decréscimo de 13 pontos percentuais). O Algarve tem um comportamento diferente, de 47% em 2007 cresce para 49% em 2011, descendo para 38% em 2016. A RAA é a única em que se verifica um crescimento, no entanto de 2007 para 2011 há um decréscimo de 29% para 26%, existindo de seguida uma subida para os 34% (ultrapassando inclusive o Alentejo e a RAM em termos de posições relativas).

A região que se destaca é, claramente, a AML onde metade dos residentes afirma ler livros como atividade de lazer. Em todas as outras regiões a percentagem de residentes que lê livros não chega aos 39%.

Para uma análise sobre a relação da leitura de livros como atividade de lazer com a condição perante o trabalho, e com a categoria socioprofissional, examinemos o quadro 3.4.

Quadro 3.3: Leitura de livros como atividade de lazer por Condição perante o trabalho e Categoria Socioprofissional

(% de respostas “Sim” à pergunta “Nos últimos 12 meses leu algum livro como atividade de lazer?”)

	Leitura de livros como atividade de lazer			
	2007	2011	2016	Δ 2016/2007
Resultados Globais	43,7	41,6	39,5	-4,2
Condição perante o trabalho				
Empregado	43,6	42,9	39,5	-4,1
Desempregado	44,4	37,1	36,7	-7,7
Aluno, estudante	73,6	61,1	53,6	-20
Outros inativos	33,6	32,8	33,9	0,3
Categoria socioprofissional *				
EDL	52,1	51,2	48,1	-4
PTE	79,2	68,8	60,8	-18,4
TI	24,6	21,5	24,9	0,3
EE	54,0	50,1	40,5	-13,5
O	20,8	17,8	16,8	-4
TNQ	31,6	33,5	24,0	-7,6
Bases	11.289	12.813	12.965	–

Fontes: Elaboração própria a partir de IEFA 2007, 2011 e 2016 (bdados).

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,001$).

Para permitir a comparabilidade com o ano de 2007, os dados de 2011 e 2016 foram limitados às respostas dos indivíduos com idade igual ou inferior a 64 anos.

* Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem atualmente uma atividade profissional e assinalaram a sua condição perante o trabalho, em 2007, n válido = 7741; 2011, n válido = 7795; 2016, n válido = 8755.

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; TNQ, Trabalhadores Não Qualificados.

Uma vez mais o decréscimo na percentagem daqueles que leem livros é transversal a empregados, desempregados e estudantes. Nos empregados, essa percentagem desce de 44% em 2007, para 43% em 2011 e fixa-se em 40% em 2016. Nos desempregados, verifica-se que 44% lia livros como atividade de lazer em 2007, passando a ser 37% em 2011 e 2016. O decréscimo mais acentuado dá-se junto dos estudantes, 20 pontos percentuais entre 2007 e 2016 (de 74% em 2007, para 61% em 2011 e 54% em 2016). A percentagem daqueles que leem livros e que se declaram como “outros inativos” mantém-se, praticamente inalterada nos 34% (existindo uma ligeira descida para 33% em 2011). A percentagem dos que leem dentro dos estudantes é a mais alta (mais de metade), em segundo lugar os empregados e em terceiro os desempregados – em 2007, verificava-se o inverso entre os empregados e desempregados. Os outros inativos são os que têm a percentagem mais baixa em cada um dos três momentos de inquirição, embora se mantenha constante (um terço dos indivíduos afirma ler livros).

No que à categoria socioprofissional diz respeito o quadro não difere daquele que temos vindo a observar. Se excluirmos o caso dos TI – onde a percentagem dos que leem livros desce de 25% para 22%, entre 2007 e 2011, para subir para os 25%, novamente em 2016 – em todas as outras categorias existe uma descida, em alguns casos bastante acentuada, dessa percentagem. No caso dos EDL, essa percentagem desce de 52% em 2007 para 48% em 2016; nos PTE, verifica-se um decréscimo de 18 pontos percentuais (a maior descida) entre 2007 e 2016 (de 79% para 61%); os EE, passam da segunda categoria com a percentagem mais alta em 2007 (54%), para a terceira categoria em 2016, atrás dos EDL, com 41% (a segunda maior descida); os operários, têm um decréscimo de 21%, em 2007, para 17%, em 2016; quanto aos TNQ, de 32% em 2007, descem para 24% em 2016.

Apesar de terem a maior descida, em 2016 os PTE são os únicos onde os leitores de livros ainda são a maioria; em 2007, esta situação estendia-se também aos EDL e aos EE, já não se verificando o mesmo em 2016.

3.3. A leitura de livros em 2016

Debruçamo-nos agora sobre o ano de 2016 em particular, analisando os leitores de livros (como atividade de lazer) por número de livros lidos nos últimos 12 meses, segmentados em três categorias: menos de cinco livros, entre cinco e 10 livros e mais de 10 livros (quadro 3.5)

Quadro 3.4: Tipologia de leitores de livros por Sexo, Idade, Grau de escolaridade, Grau de urbanização, Região de residência (NUTS II) – 2016

(percentagem em linha)

	Tipologia de leitores de livros				Base
	Não leu livros	Menos de 5 livros	Entre 5 e 10 livros	Mais de 10 livros	
Resultados Globais	61,2	27,1	7,3	4,4	14.211
Sexo					
Masculino	71,9	19,7	5,1	3,3	6.817
Feminino	51,4	33,9	9,3	5,5	7.394
Escalões de idade					
18-24 anos	55,8	33,6	6,5	4,1	1.550
25-34 anos	56,2	31,8	8,1	3,9	2.373
35-44 anos	59,9	28,9	7,0	4,2	3.143
45-54 anos	63,0	24,7	7,4	5,0	3.099
55-64 anos	64,8	23,3	7,7	4,2	2.802
65-69 anos	68,3	20,1	5,9	5,6	1.245
Grau de escolaridade					
Nenhum	94,5	4,7	0,3	0,4	373
Ensino Básico	76,1	18,8	3,3	1,9	7.398
Ensino Secundário/pós-secundário	52,4	33,4	9,6	4,5	3.560
Ensino Superior	29,4	43,6	15,5	11,5	2.880
Grau de urbanização					
Área densamente povoada	54,8	30,7	9,1	5,5	6.812
Área medianamente povoada	64,1	26,0	6,1	3,7	4.527
Área pouco povoada	71,9	20,2	4,8	3,0	2.872
Região de Residência (NUTS II)					
Norte	64,9	26,1	6,0	3,0	5.080
Centro	64,5	25,0	6,3	4,2	3.058
Área Metropolitana de Lisboa	51,1	31,9	9,9	7,1	3.799
Alentejo	67,0	23,3	6,4	3,2	958
Algarve	61,9	26,1	7,5	4,5	598
R. A. Açores	66,1	22,3	8,4	3,2	353
R. A. Madeira	67,2	24,3	5,5	2,9	366

Fonte: Elaboração própria a partir de IEFA 2016 (bdados).

Nota: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,001$).

Analisando por sexo vemos que as leitoras de livros têm sempre uma percentagem superior aos leitores de livros. Em valores absolutos essa diferença é mais assinalável na categoria “menos de cinco livros” (mais 14 pontos percentuais nas leitoras), e vai diminuindo à medida que aumenta o número de livros lidos.

Em termos etários, verifica-se que os mais jovens (18-24 anos) são os que têm a maior percentagem dentro dos que leem menos de cinco livros (34%), enquanto os mais idosos (65-69 anos) são os que têm a maior percentagem dentro dos que leem mais de 10 livros (6%). Nos que leem menos de cinco livros a percentagem *decrece*, enquanto a percentagem de quem não lê livros *cresce*, à medida que a idade aumenta. Quanto aos que leem pelo menos

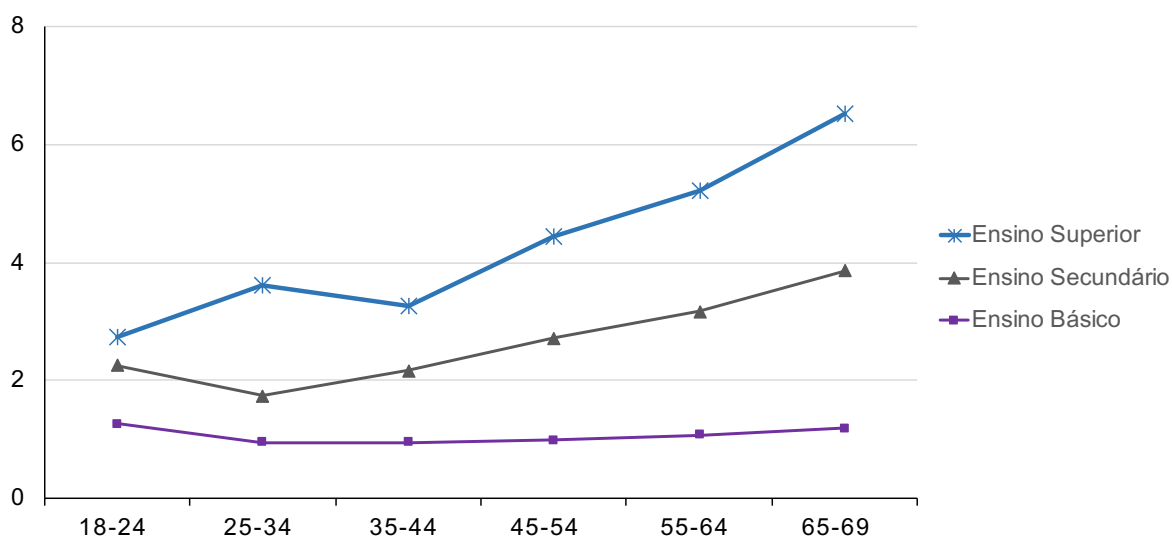
cinco livros constatamos que, por escalão etário, cerca de um em cada 10 indivíduos se encontra nessa situação.

Relativamente ao grau de escolaridade, são os indivíduos que têm o ensino superior aqueles que têm maiores percentagens nas diferentes categorias de livros lidos – um pouco mais do que um quarto lê pelo menos cinco livros, enquanto 44% lê menos do que cinco livros. As percentagens dos que leem pelo menos cinco livros, nos indivíduos com graus de escolaridade abaixo do ensino superior, não são muito expressivas. Ainda assim, nos indivíduos que têm o ensino secundário/pós-secundário, 14% leem pelo menos cinco livros.

A figura 3.2 permite aprofundar a análise, revelando o número médio de livros lido segundo a escolaridade, por categoria etária²⁰. Pretende-se, assim, perceber se a relação entre o número de livros lido e a escolaridade apresenta diferenças segundo os grupos etários.

Em primeiro lugar, verifica-se que, como seria de esperar, em todos os escalões etários a leitura de livros é tanto mais elevada quanto maior a escolaridade. Porém, comparando os vários escalões etários, há importantes diferenças a assinalar.

Figura 3.2: Número de livros lidos (média) por escalão etário, segundo o grau de escolaridade (2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de IEFA 2016 (bdados).

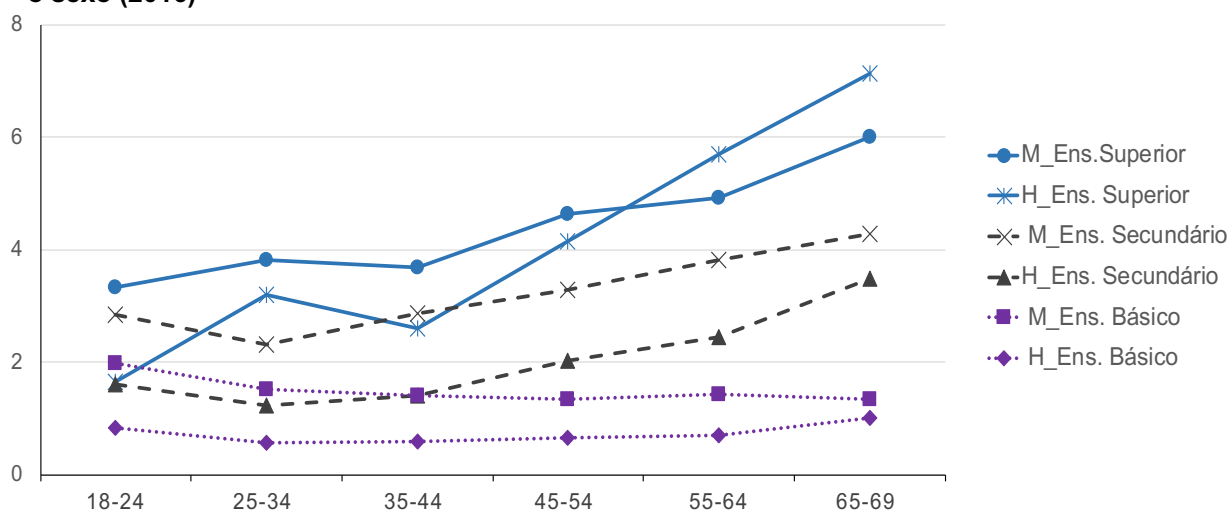
Os mais jovens, mesmo sendo detentores do Ensino Superior, não vão além dos quatro livros lidos (em média) durante um ano, enquanto os indivíduos com esse grau de escolaridade, mas mais velhos (a partir dos 55 anos), têm uma média de livros lidos mais elevada. Os que leem mais livros, dentro dos que têm o Ensino Superior, são, aliás, os

²⁰ Para esta análise só foram considerados os indivíduos que completaram pelo menos o Ensino Básico.

indivíduos que se encontram no escalão etário mais elevada (dos 64-69 anos). No entanto, os indivíduos com 18-24 anos, e que têm o ensino básico, têm uma média de livros lidos superior à de todos os outros indivíduos, nos vários escalões etários, com esse grau de escolaridade. Um outro aspeto a destacar é o decréscimo da média de livros lidos que ocorre nos indivíduos do escalão etário 25-34 anos, que têm escolaridades mais baixas (tal não ocorrendo no ensino superior).

Quando analisamos as três variáveis – leitura de livros por escalão etário e grau de escolaridade²¹ –, ventiladas por sexo, evidenciam-se, algumas diferenças significativas (figura 3.3).

Figura 3.3: Número de livros lidos (média) por escalão etário, segundo o grau de escolaridade e o sexo (2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de IEFA 2016 (bdados).

As mulheres têm sempre uma média de livros lidos mais elevada do que os homens (o que se esperaria), exceto para os de escolaridade superior em que essa relação se mantém nas mais jovens, mas que se inverte a partir do escalão dos 54 anos. Verifica-se ainda que os homens mais jovens com escolaridade superior, têm médias de livros lidos praticamente iguais às dos homens na mesma faixa etária que têm o ensino secundário, mas têm médias inferiores às mulheres desse escalão etário, que têm o ensino secundário ou apenas o ensino básico.

Podemos ainda constatar que as médias de livros lidos, de homens e mulheres, tendem a aproximar-se no escalão 65-69 anos, em todos os graus de escolaridade, mas principalmente naqueles com escolaridade básica ou secundária.

²¹ Também neste caso, a análise inclui apenas os indivíduos que completaram pelo menos o Ensino Básico.

Relativamente ao grau de urbanização, são os residentes em áreas densamente povoadas os que têm a percentagem mais elevada entre os leitores de livros (31% lê até cinco livros, e 15% lê pelo menos cinco livros). Entre os residentes em áreas medianamente povoadas e em áreas pouco povoadas, a diferença percentual entre os que leem pelo menos cinco livros não é considerável, apenas dois pontos percentuais (10% dos residentes em áreas medianamente povoadas e 8% dos residentes em áreas pouco povoadas leem pelo menos cinco livros).

Quanto à região de residência, é na AML que encontramos as maiores percentagens de leitores de livros – 32% leem até cinco livros (é a única região acima dos 30% nesta categoria) e 17% leem pelo menos cinco livros (a única região acima dos 15%). Na RAA encontramos a menor percentagem entre aqueles que leem até cinco livros (22%), mas é a região (em conjunto com Algarve) com a segunda maior percentagem entre os que leem pelo menos cinco livros (12%). Já a RAM regista a menor percentagem nos que leem pelo menos cinco livros (8%).

A relação dos leitores de livros por número de livros lidos com a condição perante o trabalho, e com a categoria socioprofissional, encontra-se patente no quadro 3.5.

Quadro 3.5: Tipologia de leitores de livros por Condição perante o trabalho e Categoria Socioprofissional – 2016
(percentagem em linha)

	Tipologia de leitores de livros				Base
	Não leu livros	Menos de 5 livros	Entre 5 e 10 livros	Mais de 10 livros	
Resultados Globais	61,2	27,1	7,3	4,4	14.211
Condição perante o trabalho					
Empregado	60,6	27,5	7,6	4,3	8.946
Desempregado	63,4	25,6	6,6	4,5	1.745
Aluno, estudante	46,4	40,7	7,7	5,2	916
Outros inativos	67,2	22,1	6,3	4,5	2.605
Categoria socioprofissional *					
EDL	51,9	30,9	10,8	6,4	1.124
PTE	39,2	39,2	13,3	8,3	2.356
TI	75,5	19,3	3,6	1,5	525
EE	59,5	30,5	6,4	3,7	2.165
O	83,2	13,1	2,6	1,1	1.877
TNQ	76,3	18,7	4,0	1,1	832

Fonte: Elaboração própria a partir de IEFA 2016 (bdados).

Base: Número de livros lidos nos últimos 12 meses.

Notas: qui-quadrado estatisticamente significativo para todos os cruzamentos ($p < 0,001$).

* Os dados relativos a este indicador dizem apenas respeito àqueles inquiridos que exercem atualmente uma atividade profissional e assinalaram a sua condição perante o trabalho, n válido = 8880.

Legenda: EDL, Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE, Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI, Trabalhadores Independentes; O, Operários; TNQ, Trabalhadores Não Qualificados.

Segundo a condição perante o trabalho, os leitores que são alunos/estudantes destacam-se na categoria “menos de cinco livros” (41%), ao passo que os leitores empregados e os

leitores desempregados têm percentagens significativamente mais baixas, mas aproximadas entre si (28% e 26%, respetivamente). Ainda dentro desta categoria, os leitores que se identificam como “outros inativos”, são os que têm a percentagem mais baixa (22%). As percentagens dos leitores que leem pelo menos cinco livros lidos por ano são aproximadas, variando entre 11%, nos desempregados e outros inativos, e 13%, nos estudantes (os empregados leitores de mais de cinco livros são 12%).

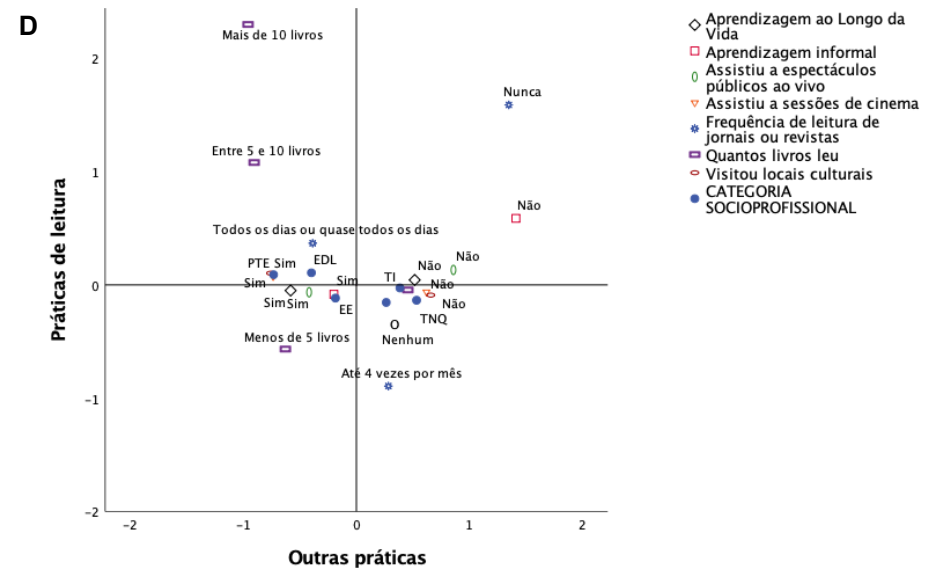
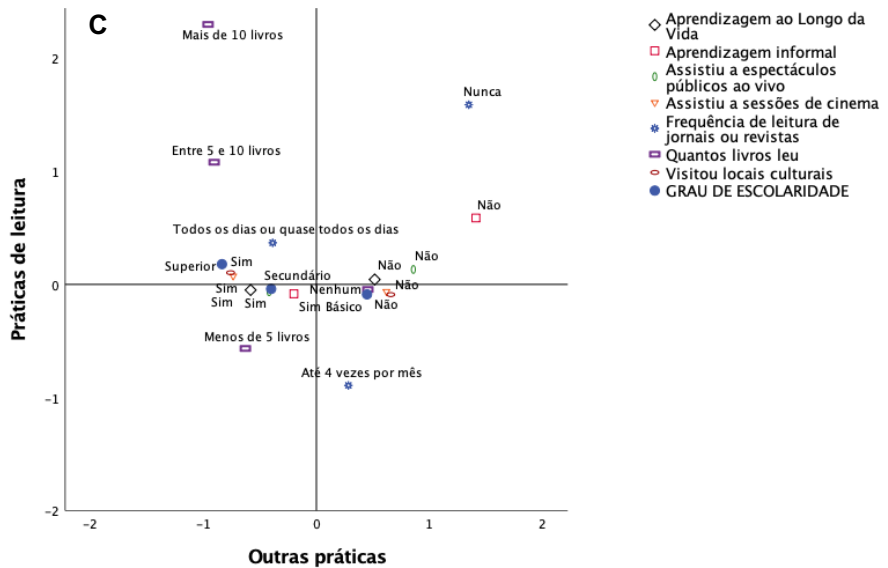
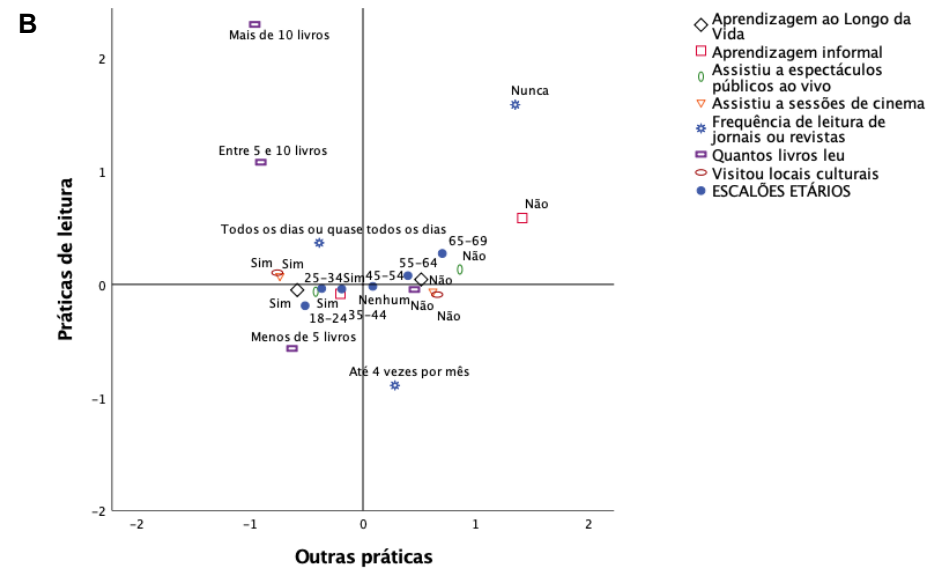
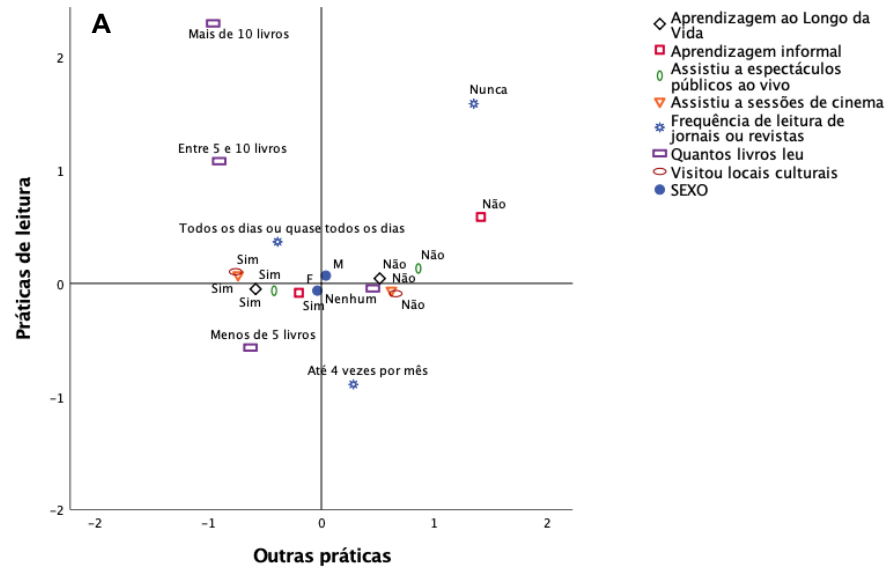
Na categoria socioprofissional, os PTE são o contingente livros onde as percentagens de leitores de livros são maiores: 39% leem menos de cinco livros e 22% leem pelo menos cinco livros por ano. Seguem-se os EDL com 31% de indivíduos que leem menos de cinco livros, e 17% a lerem mais de cinco; e os EE (31% também leem menos de cinco livros, mas apenas 10% leem mais do que cinco). Os TI e TNQ aproximam-se bastante – em ambas as categorias 19% lê menos de cinco livros por ano, e 5% lê mais do que cinco. Os operários são os leitores de livros com percentagens mais baixas: 13% lê menos de cinco livros, e apenas 4% lê mais de cinco.

Incidindo também exclusivamente sobre o ano de 2016, efetuámos ainda uma análise para perceber a associação entre a leitura de livros e outras práticas culturais – frequência de leitura de jornais e revistas, assistir a espetáculos ao vivo, assistir a sessões de cinema e visita a locais culturais –, e com práticas de aprendizagem – aprendizagem ao longo da vida (ALV) e aprendizagem informal (ApInf)²².

Para tal, recorremos a uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) onde incluímos, como variáveis ativas, as práticas de leitura, as práticas culturais e as práticas de aprendizagem e, como variáveis suplementares (Carvalho, 2017), variáveis de caracterização sociodemográficas – sexo, idade, grau de escolaridade mais elevado completo e categoria socioprofissional. O resultado pode ser visto na figura 3.4, que se encontra subdividida nos segmentos A, B, C e D – segmentos esses que são iguais entre si, distinguindo-se pelas variáveis suplementares neles projetadas.

²² Estas são duas variáveis fundamentais no quadro do IEFA, com as quais se procura saber se os inquiridos participaram no último ano em atividades de aprendizagem formal ou não formal (ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida) e também em aprendizagens informais.

Figura 3.4: Espaço da leitura de livros e outras práticas – Análise de Correspondências Múltiplas (2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de IEFA 2016 (bdados)

Numa primeira leitura focada apenas nas variáveis ativas podemos verificar que a primeira dimensão (eixo horizontal) opõe a ausência de todas as práticas consideradas (sendo a única exceção a leitura ocasional de jornais e revistas) à presença dessas mesmas práticas. Assim, a leitura de livros surge associada tanto a outras práticas de leitura, nomeadamente leitura de jornais e revistas, como a outras práticas culturais e de aprendizagem. Apesar dessa associação clara entre práticas de leitura e outras práticas, a leitura de mais de cinco livros surge destacada no plano, denotando a especificidade dessa prática no quadro das restantes práticas culturais.

Por seu turno, a segunda dimensão (eixo vertical), opõe as práticas de leitura de intensidade média e elevada, às práticas de leitura de menos frequentes.

A combinação das duas dimensões permite visualizar uma hierarquia de práticas.

Passando à análise por segmento, quanto à variável sexo (segmento A), verificamos que as categorias masculino (M) e feminino (F) estão projetadas na origem, não se associando a nenhum perfil específico de práticas.

Relativamente à idade (segmento B), constata-se que a maioria dos escalões etários estão perto da origem, destacando-se o escalão 65-69 anos que está próximo da ausência de práticas culturais em geral, e o escalão 18-24 anos que se encontra associado à presença dessas mesmas práticas, sendo que, no caso da leitura de livros, surge associado a uma intensidade pouco frequente (menos de cinco livros).

No caso da escolaridade²³ (segmento C), verifica-se que o grau de escolaridade mais baixo (ensino básico) está associado à ausência de práticas, enquanto que escolaridades mais altas se encontram associadas à presença das mesmas. É de destacar o ensino superior que, encontrando-se próximo das práticas consideradas, no caso da leitura de jornais e revistas surge associado a uma intensidade elevada (todos os dias ou quase todos os dias).

Considerando a categoria socioprofissional (segmento D), vemos que as categorias menos qualificadas – Operários (O), Trabalhadores Não Qualificados (TNQ) e Trabalhadores Independentes (TI) –, encontram-se associadas à ausência de práticas. Por seu lado, as categorias mais qualificadas – Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) e Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) –, estão mais próximas das diversas práticas.

²³ Para esta análise, foram considerados apenas os indivíduos que completaram pelo menos o Ensino Básico.

CONCLUSÃO

A presente dissertação incide sobre a leitura em Portugal, na perspetiva da leitura como prática cultural. Mais concretamente, esta investigação é sobre a leitura de livros realizada como atividade de lazer, distinta da que é realizada por obrigações escolares ou profissionais.

Tendo como pressuposto que a leitura é uma prática fundamental nas sociedades contemporâneas – vivemos numa época em que a informação escrita é ubíqua, onde a evolução tecnológica, principalmente ao nível das TIC, tem um papel preponderante ao tornar a leitura (mas também a escrita) imprescindível na chamada sociedade em rede –, quisemos averiguar como as práticas de leitura de livros evoluíram recentemente no nosso país.

Considerando que a sociologia da leitura tem sido encarada muitas vezes, embora nem sempre, como uma sociologia da leitura de livros, e o papel fundamental que o livro ainda desempenha na atualidade, pese embora as alterações ocorridas nas últimas décadas na maneira como lemos livros, nomeadamente ao nível do suporte em que lemos – estando no cerne desta questão a dicotomia impresso *versus* digital –, procurámos efetuar uma pesquisa que nos permitisse caracterizar a prática de leitura de livros no nosso país, quais as tendências e qual o perfil dos portugueses leitores de livros.

A abordagem fez-se através de uma metodologia extensiva, com recurso a fontes secundárias, tendo sido utilizados o Eurobarómetro (2007 e 2013), para uma análise diacrónica e sincrónica transnacional; e o IEFA (2007, 2011 e 2016), para uma análise diacrónica nacional. Trata-se de fontes de grande relevância para os objetivos da presente dissertação. Mas reconhecidas, e utilizadas, as suas potencialidades analíticas, importa também dar conta das suas limitações. Efetuou-se, assim, uma reflexão crítica sobre o que se considera serem as limitações que estas fontes apresentam, uma vez que impossibilitam algum aprofundamento em certas dimensões relevantes das relações dos indivíduos com a leitura de livros.

Em substância, a pesquisa realizada permitiu concluir que em 2007 e em 2013, no contexto da União Europeia a 27 (UE-27), Portugal não só tem o pior desempenho na leitura de livros, como se verifica, nesse período, um decréscimo significativo nos indivíduos que afirmam ter lido livros pelo menos uma vez no último ano. Embora o declínio seja a tendência dominante no conjunto da UE-27, não é geral, havendo países que estão contrariam essa tendência. Importa realçar que a análise transnacional é feita sobre um indicador bastante genérico – número de vezes que se leu livros – não sendo possível distinguir em que contexto (lazer, escolar ou profissional) essa leitura é realizada.

Quanto à leitura de livros em Portugal como atividade de lazer, e alargando o período de 2007 a 2016, confirma-se também um declínio, que é mais acentuado nos homens, nos mais jovens (em particular nos estudantes) e nos mais escolarizados. É de sublinhar que o

decréscimo que se verifica na população mais escolarizada é ainda mais proeminente nos mais jovens do que nos mais velhos, o que não deixa de ser preocupante.

Dado que a escolaridade é o fator determinante no que à leitura de livros diz respeito, e uma vez que temos assistido, nas últimas décadas em Portugal, a uma evolução positiva dos níveis de escolaridade (embora comparativamente a nossa população tenha ainda níveis de escolaridade muito baixos), qual a explicação para um tão acentuado decréscimo entre os mais jovens com graus elevados de escolaridade? O impacto da crise financeira e económica que ocorreu durante o período em análise poderá ser uma dessas explicações (Neves, 2015b: 38), no entanto, outros fatores estarão ainda por determinar.

Dentro da população que exerce atualmente uma atividade profissional, e que afirma ler livros, o maior decréscimo ocorre no contingente dos PTE, logo seguido pelo contingente dos EE – justamente as duas categorias que apresentavam em 2007 as maiores percentagens de leitores de livros.

Esta investigação possibilitou ainda concluir que, em 2016, a grande maioria dos portugueses que lê livros em lazer, lê menos de cinco livros por ano, e apenas um em cada 10 lê mais de 10 livros.

Apesar do declínio verificado na leitura de livros nos últimos anos, o perfil social predominante dos leitores de livros em Portugal é análogo ao perfil de que a literatura nos dá conta. O contingente de leitores de livros é, portanto, mais feminino do que masculino, mais jovem, mais escolarizado (com destaque para os estudantes), mais urbano (mais metropolitano até), e entre os que exercem uma atividade profissional, destacam-se os PTE.

Estas conclusões são evidentes quando se analisa a relação entre a leitura de livros e cada uma das variáveis referidas. Mas quando a análise é aprofundada e são combinadas as categorias dessas mesmas variáveis (nomeadamente a idade e a escolaridade) ficam bem evidentes os sinais das transformações que estão em curso nas sociedades atuais, em particular em Portugal: os mais jovens, afinal, leem menos do que os mais velhos, se as suas taxas de leitura forem comparadas dentro dos mesmos níveis de escolaridade.

Pudemos também constatar que a leitura de livros está associada não só a outras práticas de leitura, como a leitura de jornais e revistas, mas também a outras práticas culturais e de aprendizagem. Dito de outro modo, aqueles que leem livros em lazer, e cujo perfil acabámos de enunciar, são aqueles que leem jornais e revistas, vão ao cinema, assistem a espetáculos ao vivo, visitam locais culturais, e procuram aprender, de forma formal ou informal, ao longo da vida.

Como referimos as fontes utilizadas apresentam algumas limitações e, embora não pretendamos aqui retomar a crítica aos aspetos específicos dessas fontes, uma vez que já o fizemos anteriormente, não poderíamos terminar esta conclusão sem uma reflexão que pretende ser um pouco mais abrangente.

Essa reflexão tem como ponto de partida uma interrogação que resulta do trabalho de pesquisa efetuado: o que fazer quanto às lacunas com que nos deparamos?

A resposta a esta interrogação tem de ter presente as alterações ocorridas na última década e meia nas práticas de leitura. Se é verdade que, em Portugal, se assistiu a um declínio na leitura de livros, isso não significa necessariamente que os portugueses estejam a ler menos. Na atual sociedade em rede o que está provavelmente a acontecer é uma leitura cada vez mais fragmentada, e em diferentes tipos de suportes. Importa assim aprofundar a análise com outras dimensões de modo a apreender as múltiplas facetas que a leitura (incluindo a de livros) adquire no atual contexto, até para entendermos as mudanças decorrentes da diversidade de suportes, impresso e digital, *offline* e *online*.

A questão do digital é, na atualidade, sobremaneira importante, não só relativamente ao que se lê – lê-se nas redes sociais? Lê-se livros? Lê-se jornais e revistas online? Lê-se *sites* com informação duvidosa? –, mas como se lê, que suportes é que estamos a usar para ler – lê-se em impresso? Lê-se em formato digital? Lê-se no *smartphone*? No *tablet*? No computador?

Se a leitura é recompensadora, os efeitos cognitivos que resultam de diferentes formatos e suportes de leitura, remetem para outro tipo de interrogações, aos quais a sociologia também pode dar resposta.

Todas estas questões poderão, e eventualmente deverão ser aferidas em futuras pesquisas.

A palavra de ordem parece ser então investigar mais, retomar os inquéritos sociológicos às práticas de leitura. E valorizar a leitura como um desígnio das políticas públicas.

Repare-se que Portugal deu um importante passo nessa direção ao implementar o Plano Nacional de Leitura (PNL) em 2006. No entanto, apenas os primeiros cinco do PNL foram avaliados (Costa *et al.*, 2011), sendo que estava previsto uma nova avaliação quando o mesmo atingisse os 10 anos, e que coincidiria com um novo inquérito sociológico à leitura no nosso país. Os 10 anos passaram, essa avaliação não foi feita e o inquérito não foi realizado, contudo o PNL entrou numa nova etapa por mais 10 anos²⁴.

Estará esta nova etapa do PNL adaptada à atualidade, tendo em conta as alterações que se verificaram nas práticas de leitura? Não temos, neste momento, elementos suficientes que nos permitam dar uma resposta cabal a esta questão.

No geral, talvez os contributos mais importantes que esta dissertação possa dar sejam no sentido de evidenciar a necessidade de novos estudos sobre este tema, e de maior investimento em políticas públicas que contrariem a tendência negativa na leitura que nela se

²⁴ Acerca desta nova etapa, a que se deu o nome Plano Nacional de Leitura 2027 (PNL 2027), ver <http://www.pnl2027.gov.pt/np4/home>

evidenciou, num indicador apesar de tudo tão relevante como a leitura de livros como prática cultural.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Fátima (2019), "Formar uma elite ou educar um povo? Quarenta anos de ensino secundário em democracia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 89, pp. 53–77.
- Ávila, Patrícia (2008), *A literacia dos adultos. Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta Editora.
- Ávila, Patrícia e Alexandra Aníbal (2019 [no prelo]), "Adultos e Aprendizagem em Portugal. Uma década de avanços e retrocessos no combate às desigualdades sociais educativas da população adulta", em Luís Rothes (ed.), *A Participação Educativa dos Adultos: Realidades e Desafios*, Lisboa, Outro Modo.
- Baron, Naomi S. (2015), *Words Onscreen*, Oxford, Oxford University Press.
- Baron, Naomi S., Rachele M. Calixte e Mazneen Havewala (2017), "The persistence of print among university students: An exploratory study", *Telematics and Informatics*.
- Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods - 4th Edition*, Oxford, Oxford University Press.
- Cardoso, Gustavo (ed.) (2013), *A Sociedade dos Ecrãs*, Lisboa, Tinta da China.
- Cardoso, Gustavo et al. (2015), *A sociedade em rede em Portugal: uma década de transição*, Lisboa, Almedina.
- Cardoso, Gustavo e Emanuel Cameira (2015), "A leitura digital no contexto global e nacional: resultados de um inquérito aos leitores digitais em 16 países", em Gustavo Cardoso (ed.), *O Livro, o Leitor e a Leitura Digital*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardoso, Gustavo e Tiago Lima Quintanilha (2013), "Introdução", em Gustavo Cardoso (ed.), *A Sociedade dos Ecrãs*, Lisboa, Tinta da China.
- Carmo, Renato Miguel do, Frederico Cantante e Inês Baptista (2010), "Educação: alguns sinais de recuperação, mas um longo caminho a percorrer", em Renato Miguel do Carmo (ed.), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Carvalho, Helena (2017 [2008]), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Chartier, Roger (1998), *As Utilizações do Objecto Impresso*, Algés, Difel.
- Chartier, Roger (2001), *Les métamorphoses du livre. Les rendez-vous de l'édition: le livre et le numérique*, Paris, Éditions de la Bibliothèque publique d'information.
- Comissão Europeia (2007), *Eurobarometer 278: European Cultural Values*, Bruxelas, European Commission's Directorate-General for Communication, disponível em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/SPECIAL/surveyKy/477/p/5>.
- Comissão Europeia (2013), *Eurobarometer 399: Cultural access and participation*, Bruxelas, European Commission's Directorate-General for Communication, disponível em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/SPECIAL/surveyKy/1115/p/2>.
- Cordón García, José Antonio (2018), "Libros electrónicos y lectura digital: los escenarios del cambio", *Palabra Clave (La Plata)*, 7 (2), pp. 1–6.
- Cordón García, José Antonio, Julio Alonso Arévalo e Helena Martín Roderó (2010), "Los libros electrónicos: la tercera ola de la revolución digital", *Anales de Documentación*, 13, pp. 53–80, disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/viewFile/106991/101681>.

- Cordón García, José Antonio, Raquel Gómez Díaz e Julio Alonso Arévalo (2011), *Gutenberg 2.0 La Revolución de los Libros Electrónicos*, Gijón, Ediciones Trea, S. L.
- Costa, António Firmino da *et al.* (2015), "A Constituição de um Espaço Europeu de Desigualdades", *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, N.º 1/2015, pp. 1–21, disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8371>.
- Costa, António Firmino da *et al.* (2011), *Avaliação do Plano Nacional de Leitura: Os primeiros cinco anos*, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) (ed.), Lisboa.
- Costa, António Firmino da (2008 [1999]), *Sociedade de bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Patrícia Ávila (eds.), *Portugal no Contexto Europeu, vol. II: Sociedade do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, pp. 5–20.
- Coulangeon, Philippe (2005), *Sociologie des Pratiques Culturelles*, Paris, La Découverte.
- Delgado, Pablo *et al.* (2018), "Don't throw away your printed books: A meta-analysis on the effects of reading media on reading comprehension", *Educational Research Review*, Elsevier, 25, pp. 23–38.
- Détrez, Christine (2004), "Una encuesta longitudinal sobre las prácticas de lectura de los adolescentes", em Bernard Lahire (ed.), *Sociología de la lectura. Del consumo cultural a las formas de la experiencia literaria*, Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 85–105.
- Donnat, Olivier (2005), "Encuestas sobre los comportamientos de lectura. Cuestiones de método", em Bernard Lahire (ed.), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Editorial Gedisa.
- Firat, A. Fuat e Nikhilesh Dholakia (1998), "Global Consumption", em A. Fuat Firat e Nikhilesh Dholakia (eds.), *Consuming People. From political economy to theaters of consumption*, Londers e Nova Iorque, Routledge, pp. 102–122.
- Freitas, Eduardo de, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves (1997), *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992a), *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1991), "Inquérito aos Hábitos de Leitura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (10), pp. 67–89.
- Freitas, Eduardo de e Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992b), "Leituras e leitores II. Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, pp. 79–97.
- Griswold, Wendy (2000), *Bearing Witness: Readers, Writers, and the Novel in Nigeria*, Princeton e New Jersey, Princeton University Press.
- Griswold, Wendy (2008), *Regionalism and the reading class*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Griswold, Wendy (2001), "The Ideas of the Reading Class", *Contemporary Sociology*, 30 (1), pp. 4–6.
- Griswold, Wendy, Erin Metz McDonnell e Terence Emmett McDonnell (2006), "Glamour and Honor: Going Online and Reading in West African Culture", *Information Technologies and International Development*, 3 (4), pp. 37–52.
- Griswold, Wendy, Terry McDonnell e Nathan Wright (2005), "Reading and the Reading Class in the Twenty-First Century", *Annual Review of Sociology*, 31 (1), pp. 127–141.

- Griswold, Wendy, Elizabeth Naffziger e Michelle Lenaghan (2011), "Readers as audiences", em Virginia Nightingale (ed.), *The Handbook of Media Audiences*, Hoboken, Wiley-Blackwell, pp. 19–40.
- INE (2009), *Aprendizagem ao Longo da Vida - Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2007*, Lisboa, INE-Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE (2013), *Aprendizagem ao longo da vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011*, Lisboa, INE-Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE (2017), *Destaque: Inquérito à Educação e Formação de Adultos Educação e formação de adultos em Portugal - 2016*, Lisboa, INE-Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE (2007), *Inquérito à Educação e Formação de Adultos-IEFA. Documento Metodológico*, Lisboa, INE-Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Kong, Yiren, Young Sik Seo e Ling Zhai (2018), "Comparison of reading performance on screen and on paper: A meta-analysis", *Computers and Education*, Elsevier Ltd, 123, pp. 138–149.
- Lahire, Bernard (2004), "Formas de lectura estudiantil y categorías escolares de la comprensión de la lectura", em Bernard Lahire (ed.), *Sociologia de la lectura. Del consumo cultural a las formas de la experiencia literaria*, Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 149–178.
- Lopes, Miguel Ângelo e José Soares Neves (2019), *Participação cultural na União Europeia: leitura de livros*, Lisboa, OPAC.
- Machado, Fernando Luís (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 19, pp. 283–343, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7212.pdf>.
- Milliot, Jim (2017), "As E-book Sales Decline, Digital Fatigue Grows", *Publishers Weekly*, disponível em: <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/digital/retailing/article/70696-as-e-book-sales-decline-digital-fatigue-grows.html>.
- Mónica, Maria Filomena (1977), "«Deve-se ensinar o povo a ler ?»: a questão do analfabetismo (1926-39)", *Análise Social*, XIII (2º) (50), pp. 321–353.
- Neves, José Soares (2015a), "Cultura de leitura e classe leitora em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, pp. 67–86.
- Neves, José Soares (2016), "Modos de relação com a leitura impressa e digital em Portugal", em Teresa Duarte Martinho, João Teixeira Lopes, e José Luís Garcia (eds.), *Cultura e Digital em Portugal*, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 193–208.
- Neves, José Soares (2015b), "Práticas culturais e desigualdades na Europa", em Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (eds.), *Desigualdades em Questão: Análises e Problemáticas*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 31–41.
- Neves, José Soares (2011), *Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI*, Tese de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Neves, José Soares (2015c), "Práticas de leitura em Portugal", em Gustavo Cardoso (ed.), *O Livro, o Leitor e a Leitura Digital*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 113–149.
- Neves, José Soares (coord.) et al. (2014), *Comércio Livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*, Lisboa, APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.
- Neves, José Soares (coord.) et al. (2012), *Inquérito ao sector do livro. Parte I - Enquadramento e Diagnóstico*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

- Neves, José Soares (coord.), Jorge Alves dos Santos e Alexandra Vaz (2012), *Inquérito ao Sector do Livro. Parte II – Inquéritos à Edição e à Comercialização*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Neves, José Soares e Rui Telmo Gomes (2018), "Práticas culturais e acesso à cultura", em Renato Miguel do Carmo *et al.* (eds.), *Desigualdades em Questão: Análises e Problemáticas*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 41–52.
- Octobre, Sylvie (2012), "Nouvelles cultures, générations et institutions de transmission: enfance contemporaine et mutations du numérique", em AAVV (ed.), *Infância, Crianças, Internet. Desafios na Era Digital*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 217–238.
- OECD (2019), *Education at a Glance 2019: OECD Indicators*, Paris, OECD Publishing.
- Perrin, Andrew (2019), "One-in-five Americans now listen to audiobooks", consultado a 01.10.2019, disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/09/25/one-in-five-americans-now-listen-to-audiobooks/>.
- Pinto, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11–31.
- PNUD (2018), *Human Development Indices and Indicators. 2018 Statistical Update*, Nova Iorque, United Nations Development Programme.
- Ponte, Cristina e Sussana Batista (2019), *EU Kids Online Portugal. Usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos)*, Lisboa, EU Kids Online e NOVA FCSH, disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/eukidsonline/wp-content/uploads/sites/36/2019/03/RELATÓRIO-FINAL-EU-KIDS-ONLINE.docx.pdf>.
- Poulain, Martine (2004), "Entre preocupaciones sociales e investigación científica: el desarrollo de sociologías de la lectura en Francia en el siglo XX", em Bernard Lahire (ed.), *Sociología de la lectura. Del consumo cultural a las formas de la experiencia literaria*, Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 17–57.
- Rainie, Lee *et al.* (2012), *The rise of e-reading*, Washington.
- Ramos, Rui (1988), "Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, 5 (4), pp. 103–104.
- Rose, Ellen (2011), "The phenomenology of on-screen reading: University students' lived experience of digitised text", *British Journal of Educational Technology*, 42 (3), pp. 515–526.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2012a), "Cultura e economia", em *Sociologia da Cultura. Perfil de uma carreira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 323–360.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2012b), "Os mundos da arte e da cultura", em *Sociologia da Cultura. Perfil de uma carreira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 47–131.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2012c), "Públicos da cultura", em *Sociologia da Cultura. Perfil de uma carreira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 287–321.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord. .. *et al.* (2007), *A leitura em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Silva, Augusto Santos (2004), "As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003", em AAVV (ed.), *Públicos da Cultura: Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 241–283.
- Southerton, Dale *et al.* (2012), "Practices and trajectories: A comparative analysis of reading in France, Norway, the Netherlands, the UK and the USA", *Journal of Consumer Culture*, 12 (3), pp. 237–262.

Todd, Emmanuel (1990), *L'Invention de l'Europe*, Paris, Editions du Seuil, citado por Patrícia Ávila (2008), *A literacia dos adultos. Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta Editora, pp. 68.

Walsh, Gemma (2016), "Screen and Paper Reading Research – A Literature Review", *Australian Academic and Research Libraries*, Routledge, 47 (3), pp. 160–173.

ANEXOS

Anexo A – Cruzamento das variáveis Escalões etários, Leitura de livros como atividade de lazer e grau de escolaridade concluído (2007)

Grau de escolaridade concluído		Leitura de livros como atividade de lazer		
		Sim	Não	Total
Nenhum				
Escalões etários				
18-24 anos	Count	0	9	9
	% within Escalões etários	0.0%	100.0%	100.0%
25-34 anos	Count	4	42	46
	% within Escalões etários	8.7%	91.3%	100.0%
35-44 anos	Count	2	63	65
	% within Escalões etários	3.1%	96.9%	100.0%
45-54 anos	Count	5	113	118
	% within Escalões etários	4.2%	95.8%	100.0%
55-64 anos	Count	12	191	203
	% within Escalões etários	5.9%	94.1%	100.0%
Total	Count	23	418	441
	% within Escalões etários	5.2%	94.8%	100.0%
Básico				
Escalões etários				
18-24 anos	Count	260	462	722
	% within Escalões etários	36.0%	64.0%	100.0%
25-34 anos	Count	464	1001	1465
	% within Escalões etários	31.7%	68.3%	100.0%
35-44 anos	Count	598	1262	1860
	% within Escalões etários	32.2%	67.8%	100.0%
45-54 anos	Count	508	1305	1813

	% within Escalões etários	28.0%	72.0%	100.0%
55-64 anos	Count	451	1133	1584
	% within Escalões etários	28.5%	71.5%	100.0%
Total	Count	2281	5163	7444
	% within Escalões etários	30.6%	69.4%	100.0%
Secundário/pós-secundário				
Escalões etários				
18-24 anos	Count	427	182	609
	% within Escalões etários	70.1%	29.9%	100.0%
25-34 anos	Count	432	189	621
	% within Escalões etários	69.6%	30.4%	100.0%
35-44 anos	Count	247	115	362
	% within Escalões etários	68.2%	31.8%	100.0%
45-54 anos	Count	169	61	230
	% within Escalões etários	73.5%	26.5%	100.0%
55-64 anos	Count	102	30	132
	% within Escalões etários	77.3%	22.7%	100.0%
Total	Count	1377	577	1954
	% within Escalões etários	70.5%	29.5%	100.0%
Superior				
Escalões etários				
18-24 anos	Count	99	14	113
	% within Escalões etários	87.6%	12.4%	100.0%
25-34 anos	Count	517	83	600
	% within Escalões etários	86.2%	13.8%	100.0%
35-44 anos	Count	297	39	336
	% within Escalões etários	88.4%	11.6%	100.0%

45-54 anos	Count	211	39	250
	% within Escalões etários	84.4%	15.6%	100.0%
55-64 anos	Count	130	19	149
	% within Escalões etários	87.2%	12.8%	100.0%
Total	Count	1254	194	1448
	% within Escalões etários	86.6%	13.4%	100.0%

Fonte: IEFA 2007 (bdados).

Anexo B – Cruzamento das variáveis Escalões etários, Leitura de livros como atividade de lazer e grau de escolaridade concluído (2016)

Grau de escolaridade concluído		Leitura de livros como atividade de lazer			
		Sim	Não	Recusa	Total
Nenhum					
Escalões etários					
18-24 anos	Count	0	1		1
	% within Escalões etários	0.0%	100.0%		100.0%
25-34 anos	Count	0	12		12
	% within Escalões etários	0.0%	100.0%		100.0%
35-44 anos	Count	5	50		55
	% within Escalões etários	9.1%	90.9%		100.0%
45-54 anos	Count	2	73		75
	% within Escalões etários	2.7%	97.3%		100.0%
55-64 anos	Count	7	108		115
	% within Escalões etários	6.1%	93.9%		100.0%
Total	Count	14	244		258
	% within Escalões etários	5.4%	94.6%		100.0%
Ensino Básico					
Escalões etários					
18-24 anos	Count	136	322		458
	% within Escalões etários	29.7%	70.3%		100.0%
25-34 anos	Count	189	609		798
	% within Escalões etários	23.7%	76.3%		100.0%
35-44 anos	Count	287	1050		1337
	% within Escalões etários	21.5%	78.5%		100.0%
45-54 anos	Count	420	1451		1871

	% within Escalões etários	22.4%	77.6%		100.0%
55-64 anos	Count	486	1508		1994
	% within Escalões etários	24.4%	75.6%		100.0%
Total	Count	1518	4940		6458
	% within Escalões etários	23.5%	76.5%		100.0%
Ensino Secundário/pós-secundário					
Escalões etários					
18-24 anos	Count	427	457		884
	% within Escalões etários	48.3%	51.7%		100.0%
25-34 anos	Count	307	492		799
	% within Escalões etários	38.4%	61.6%		100.0%
35-44 anos	Count	403	469		872
	% within Escalões etários	46.2%	53.8%		100.0%
45-54 anos	Count	307	286		593
	% within Escalões etários	51.8%	48.2%		100.0%
55-64 anos	Count	206	135		341
	% within Escalões etários	60.4%	39.6%		100.0%
Total	Count	1650	1839		3489
	% within Escalões etários	47.3%	52.7%		100.0%
Ensino Superior					
Escalões etários					
18-24 anos	Count	122	84	0	206
	% within Escalões etários	59.2%	40.8%	0.0%	100.0%
25-34 anos	Count	542	221	0	763
	% within Escalões etários	71.0%	29.0%	0.0%	100.0%
35-44 anos	Count	565	314	1	880
	% within Escalões etários	64.2%	35.7%	0.1%	100.0%

45-54 anos	Count	418	141	0	559
	% within Escalões etários	74.8%	25.2%	0.0%	100.0%
55-64 anos	Count	286	65	0	351
	% within Escalões etários	81.5%	18.5%	0.0%	100.0%
Total	Count	1933	825	1	2759
	% within Escalões etários	70.1%	29.9%	0.0%	100.0%

Fonte: IEFA 2016 (bdados).